Coletânea Marxismo & Emancipação da Mulher

Reagrupamento Revolucionário
Livreto - Primeiro semestre de 2015

Sobre Marxismo e Feminismo

O seguinte artigo foi originalmente publicado em inglês em março de 2009. Sua tradução para o português foi realizada em julho de 2011 e publicada em Reagrupamento Revolucionário n. 05 *(terceiro trimestre de 2013) sob o título Sobre Feminismo e "Feminismo".*

Introdução

Enquanto adicionávamos materiais sobre opressão às mulheres na seção de Documentos Históricos de nosso site, vimos necessidade de escrever uma introdução para clarificar a confusão com a qual leitores desse tipo de artigo costumam se deparar no que diz respeito às críticas que eles contêm ao "feminismo". Tais artigos não foram escritos por nós, mas pela Liga Espartaquista [SL/EUA] e pela Tendência Bolchevique Internacional [TBI] no tempo em que tais organizações, mesmo possuindo falhas, eram capazes de auxiliar no avanço do programa marxista. Enquanto os artigos como um todo tratam de uma visão revolucionária sobre a opressão às mulheres, hoje em dia nós os teríamos escrito de forma diferente, ao menos quanto ao problema citado.

Os artigos (e os grupos que os escreveram) visaram defender a causa da libertação feminina, apesar de muita confusão ter sido e ainda ser desnecessariamente causada pela rígida insistência deles em definir o feminismo de uma maneira que é diferente daquela da maior parte dos leitores de esquerda.

Enquanto estes definem feminismo como a simples afirmação da igualdade entre os sexos, sem necessariamente ligar a isso um programa mais elaborado ou uma análise de como atingir tal situação ("a teoria da igualdade política, econômica e social entre os sexos", como descrito pelo Dicionário Online Merriam Webster), aqueles rigidamente insistiram que o termo designa um programa específico e uma teoria contraposta à luta pelo socialismo. Um artigo escrito por um militante da TBI em 1997, abordando a questão de forma estabanada, afirma:

> *"Feminismo e socialismo são coisas diferentes. Feminismo não pode ser simplesmente resumido à luta pelos direitos das mulheres. Ele invoca a ideologia prejudicial de que mulheres de classes diferentes podem lutar contra a opressão a partir de uma base comum – e, portanto, automaticamente confina a luta aos limites do capitalismo."*
>
> **Censura Sexual e Direitos Femininos – Boletim Marxista nº4, outubro de 1997**

Tradição marxista

Historicamente o movimento marxista desenvolveu o uso de uma terminologia extremamente específica para suas elaborações teóricas, mas que nem sempre esteve em sincronia com o desenvolvimento geral do resto da sociedade e seu entendimento à cerca de tais termos.

Mas, na busca por avançar (e desenvolver) as concepções e entendimentos políticos daqueles que vieram antes, cada geração de revolucionários é frequentemente forçada a adaptar suas convenções terminológicas (mantendo o sentido original subjacente), por necessidade de se dirigir a audiências contemporâneas mais largas, e com o propósito de se manter atualizado com as concepções populares por detrás de tais termos.

Nos EUA, marxistas frequentemente se deparam com confusões envolvendo as diferenças entre os termos "socialista" e "comunista" quando falando com grandes públicos. Apesar de trotskistas normalmente usarem tais termos de maneira alternada, enquanto sinônimos, a confusão tende a surgir do fato de existir um vago entendimento entre os leitores de que, em certos contextos, "Socialista" (especificamente com S maiúsculo) indica um reformista social-democrata, enquanto "Comunista" (especificamente com C maiúsculo) indica um stalinista.

Marx e Engels foram confrontados por um dilema semelhante, antes mesmo da ascensão do reformismo social-democrata e do stalinismo contemporâneos. Em sua introdução de 1890 à edição alemã do Manifesto Comunista, Engels comentou:

> *"Ainda em 1887 o socialismo continental era quase exclusivamente a teoria proclamada no Manifesto. Assim, até certo ponto, a história do Manifesto reflete a história do movimento operário*

Índice

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com
Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971
reagrupamento.revolucionario@gmail.com
Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

moderno desde 1848. Atualmente, é sem dúvida o de maior circulação, o mais internacional produto de toda a literatura socialista, o programa comum de muitos milhões de trabalhadores de todos os países, da Sibéria à Califórnia.”
“Contudo, quando ele apareceu, não podíamos chamá-lo um manifesto socialista. Em 1847, dois tipos de pessoas eram consideradas socialistas. De um lado estavam os adeptos de vários sistemas utópicos, notadamente os seguidores de Owen na Inglaterra e de Fourier na França, ambos os quais já haviam, à época, minguado a meras seitas, morrendo gradualmente. Já do outro lado, os mais variados charlatães sociais, que com as suas diversas panaceias e com toda a espécie de remendos queriam eliminar os males sociais sem ferir o capital e o lucro. Em ambos os casos: pessoas que estavam fora do movimento operário e que, ao invés, procuravam apoio junto das classes ‘cultas’. Em contrapartida, aquela parte dos operários que estava convencida da insuficiência de meras revoluções políticos, [e] exigia uma reconfiguração profunda da sociedade, essa parte chamava-se então comunista. Era um comunismo mal formado, instintivo, por vezes grosseiro; mas ainda assim era suficientemente poderoso para engendrar dois sistemas do comunismo utópico, na França o “icário” de Cabet, na Alemanha aquele de Weitling. Em 1847, socialismo significava um movimento burguês, comunismo um movimento operário. O socialismo, pelo menos no Continente, era algo respeitável, já o comunismo era precisamente o contrário. E como já nessa altura éramos muito decididamente da opinião de que ‘a emancipação dos operários tem de ser obra da própria classe operária’ [citado das Regras Gerais da Internacional], nem por um instante podíamos estar na dúvida sobre qual dos dois nomes escolher. E desde então nunca nos passou pela cabeça rejeitá-lo.”

Nas notas de rodapé de 1922 daquela que é tida por muitos como a edição definitiva do Manifesto Comunista, D. Ryazanoff também discutiu a evolução histórica de muito da terminologia utilizada nos escritos de Marx e Engels, por exemplo:

“‘Proletário’ agora significa aquele cujo único meio de sobrevivência é a venda da sua força de trabalho. Seu significado original, na forma latina proletarius, significava aquele cujo único bem eram seus descendentes, sua cria (prole)... Há pouco em comum entre esses proletários romanos e os proletários europeus sem-terra e sem-teto de nossos próprios dias, salvo apenas o nome... A palavra proletariado para descrever a classe dos assalariados não entrou em uso corrente até a primeira metade do século dezenove...”

Está claro que a principal preocupação de Marx e Engels era ter suas idéias entendidas corretamente pelos outros. Compreendendo que eles não poderiam arbitrariamente ditar a mudança no entendimento popular das palavras, eles não estavam inclinados (exceto às vezes em seus escritos mais estritamente científicos e teóricos, nos quais a precisão exata era necessária para clarificação) a teimosamente se dedicar a argumentações infrutíferas sobre definições ou significados inéditos se não fosse necessário à transmissão de suas idéias.

Em um âmbito um pouco diferente, quando membros negros do Partido dos Trabalhadores Socialistas (SWP dos EUA) nos anos 1940 protestaram contra o uso da palavra “niggardly” [avarento] na literatura do partido, ao invés de se apegar teimosamente ao dicionário e insistir que, formalmente, a palavra não possuia nenhuma relação com o epíteto racial [“nigga”, algo como o termo pejorativo “preto”], o movimento trotskista abandonou o uso da palavra para não causar nenhum tipo de desentendimento ou confusão desnecessários.

As Origens e Consequencias do anti-“feminismo”

Um antigo texto espartaquista que postamos previamente argumenta:

“O existente movimento pela libertação feminina, tanto o liberal quanto o radical, tende a ver o sexo como a básica ‘divisão de classe’ na sociedade. Esse baixo nível de desenvolvimento teórico significa uma oportunidade para os marxistas intervirem com um linha classista. Porém, nós tornaremos nossa intervenção inútil se nos apegarmos a uma análise muito simplificada de que a única forma de opressão é a opressão de classe, e confinarmos nosso interesse à superexploração econômica das mulheres trabalhadoras.”
“A questão de classe é o ponto decisivo na sociedade de classes. Porém, outros tipos de opressão também existem – por exemplo, opressão racial, opressão nacional, opressão contra a mulher. Negar que os revolucionários marxistas não devem dar atenção à essas questões é sectarismo e flagrantemente anti-leninista. É vital que os revolucionários participem dessas lutas. A base dessa participação deve ser a compreensão de que a questão de classe é decisiva e, portanto, qualquer movimento que falhe em identifica-se com a luta da classe trabalhadora contra a classe capitalista está fadado a ser tomado por utopias, excentricidade, ilusões liberais e – em última instância – irrelevância.”

A Luta Pela Libertação das Mulheres (1969)

Enquanto apresentando essa correta compreensão política, o artigo em questão não possui nenhum ataque ou mesmo menção ao “feminismo”. A explicação para a subsequente mudança na política quanto à isso é apresentada em uma das primeiras edições de “Woman

and Revolution" [períodico da SL voltado para questões da luta da mulheres trabalhadoras]:

> *"A defesa do SWP-YSA [Partido dos Trabalhadores Socialistas – Aliança Socialista Jovem] contra as tentativas das feministas de atacá-los têm sido pobres. Eles tentam minimizar suas diferenças políticas com as feministas alegando serem feministas e socialistas. Feminista foi certa vez o termo que socialistas utilizaram para descrever mulheres que lutavam por sua libertação. Mas, por um período de 50 anos, o termo passou a designar aqueles para quem a divisão fundamental na sociedade é entre homens e mulheres, e que lutam pela supremacia das mulheres..."*
>
> *"As visões socialistas e feministas são claramente contrapostas. Assim como Lenin, que certa vez reivindicou orgulhosamente ser um Social Democrata, se desagradaria de ser chamado assim após as traições da 'Social Democracia', também Clara Zetkin não se reivindicaria uma feminista hoje em dia."*
>
> **SWP-YSA ENTRA EM CENA, mesmos truques, novo território. Woman and Revolution nº2, setembro/outubro de 1972**

O líder espartaquista Jim Robertson reafirmou essa explicação alguns anos depois, em um discurso feito em 27 de agosto de 1974 sobre James P. Cannon:

> *"Aliás, Rose [Krasner, parceira de Cannon] era uma militante socialista feminista dos anos 1910 e 1920. 'Feminista' significava outra coisa naquela época – além de outros significados, que casamento era uma abominação: significava se ajoelhar e colocar correntes ante um homem e o Estado."*
>
> **"James P. Cannon". Reimpresso em Spartacist, inverno de 1986.**

Se, teoricamente, à época o significado popular de "feminismo" realmente estivesse caminhando na direção alegada (e no momento não estamos convencidos de que estava), então a mudança de atitude teria feito sentido. Mas deixando de lado essa questão de análise histórica, é bem claro que hoje em dia o equivalente a gritar "Abaixo o feminismo!" é obviamente uma abordagem pobre, tido que a Liga Espartaquista e a Tenência Bolchevique Internacional estão usando uma dada definição de "feminismo", e a maior parte da esquerda e da população vêem a palavra com um significado (mais geral e vago) diferente. Ao invés de deixar algo claro, tal abordagem apenas gera ruído e deixa tais grupos abertos a suspeitas desnecessárias de que eles talvez sejam hostis ou indiferentes à libertação das mulheres (em alguns aspectos, similar a reação de muitos militantes negros do SWP ao uso da palavra "niggardly"), ao invés de que eles estão argumentando que a mesma só pode ser atingida em uma sociedade socialista.

Algumas vezes isso foi também desorientador para os próprios grupos em questão, tanto em sua compreensão histórica quanto em sua compreensão da realidade contemporânea. Assim, um panfleto (que no restante está correto) que postamos anteriormente da Tendência Bolchevique [predecessora da TBI] argumenta:

> *"Quer se apresente sobre o nome de feminismo ou 'feminismo socialista', a lógica dessa análise é guerra dos sexos tão certamente quanto a lógica do marxismo é guerra de classes."*
>
> **Chega de Cabides de Arame! (sem data, final dos anos 1980)**

Exceto uma minoria localizada nas extremidades, a maioria das pessoas que poderiam referir a si mesmas enquanto "feministas" (muito menos pessoas que iriam referer a si enquanto "feministas socialistas") claramente não defendiam no passado e não defendem agora "guerra dos sexos".

Um antigo artigo histórico de Woman and Revolution notou que:

> *"Contrariamente a uma opinião ainda restrita a certos círculos, o feminismo moderno não nasceu inteiramente do fértil útero da Nova Esquerda, mas é de fato uma cria ideológica do igualitarismo utópico do início do século vinte, que era por sua ver fruto da revolução democrática da burguesia."*
>
> **"Feminismo vs. Marxismo: Origens do Conflito". W&R nº5, outono de 1974**

Verdade, porém, marxistas não renunciam alguns dos ainda progressivos ideais do Iluminismo, mas defendem que sua realização para a maioria da raça humana pode se dar apenas através da extinção da sociedade de classes. Assim, ao mesmo tempo em que não nos referimos a nós mesmos enquanto democratas, humanistas ou feministas, não denunciamos a democracia, o humanismo ou o "feminismo". Ao invés, nos opomos à democracia burguesa, ao humanismo liberal, ao feminismo liberal e a todas as ideologias inter-classes, separatistas e setorialistas em geral.

No mesmo sentido, Leon Trotsky ficou bastante nervoso que seu livro Terrorismo e Comunismo tenho recebido o título Ditadura versus Democracia na versão em inglês, uma vez que isso poderia levar apenas à confusão entre vários leitores e distorceu a relação entre socialismo e democracia.

Indiferença Sectária

Tal crescente indiferença quanto a ser claramente entendido é geralmente um sinal de que um grupo está se transformando em uma seita despolitizada, dominada por uma liderança geriátrica e crescentemente longe do contato com a realidade política e social contemporânea. Tendo sido muito limitados ao computador e à mesa de escritório ao longo de muitos anos de suas vidas políticas, se dedicando a questões internas de administração e trabalhando com literatura política, tais "líderes" permanentes têm poucos escrúpulos em mandar seus militantes de base mundo

afora para fazerem papel de tolos de si mesmos em eventos políticos ao defenderem formulações estúpidas. A passividade dos militantes de base frente a tal realidade pode ser reflexo de insegurança, medo, indiferença política, e, para aqueles dedicados à adoração de sua liderança, uma genuína ausência de pensamento para com tal forma esclerótica de agir.

Em contraste com tais práticas, ao escrever sobre a necessidade de se diferenciar a posição marxista da stalinista na defesa da URSS, Trotsky comentou:

"Para que essas duas variantes de 'defesa da URSS' não se tornem confusas na consciência das massas é necessário saber de forma clara e precisa como formular palavras de ordem que correspondam à situação concreta."

Em Defesa do Marxismo (1942)

Em seus melhores períodos, a SL e a TBI demonstraram uma atitude semelhante, ao menos em relação a outras questões. Em uma discussão sobre "Formalismo Sectário", uma publicação da TBI afirmou:

"Por exemplo, nós acreditamos que a palavra de ordem 'Libertem todos os presos políticos!' é uma formulação muito ruim. Nós não queremos que bandidos fascistas ou assassinos em massa de campos de concentração sejam libertados. Mas seria tolo nos excluirmos de uma campanha que lute ostensivamente para "Libertar todos os presos políticos!'. Acontece que frequentemente o verdadeiro significado da campanha é, de fato, para libertar as vítimas do capitalismo. Nós desejaríamos aderir a uma campanha assim, ao mesmo tempo em que deixaríamos claras as nossas criticas quanto a inadequação dessa palavra de ordem. Nós racharíamos, é claro, se a campanha de fato tentasse mobilizar esforços para libertar Rudolph Hess [membro do alto escalão do Partido Nazista durante os primeiros anos do regime]. É uma questão de qual o verdadeiro conteúdo do bloco de ação."

Construindo o Partido Revolucionário e Táticas de Frente Única (1992)

Semelhante apreciação do "verdadeiro conteúdo" do que o "feminismo" significa para a maioria das pessoas parece ser necessária. A posição da TBI, que foi herdade de forma acrítica da SL, se encaixa muito bem na definição de "formalismo sectário".

Em um discurso proferido em 11 de novembro de 1972, o líder spartaquista Jim Robertson explicou parte da motivação pro detrás de se levantar a palavra de ordem "Por um Governo dos trabalhadores!" enquanto algo popular:

"Nós lutamos por um governo dos trabalhadores, nos sindicatos, nas fábricas, e em nossa educação e abordagem a estudantes com a concepção do poder proletário. A ditadura do proletariado é uma formulação que sofre de alguns problemas. Um entendimento popular da ditadura do proletariado é que os trabalhadores serão colocados em campos de concentração, vocês sabem, como na Rússia. Se você fala de algum tipo de socialismo, você se depara com a imagem da alegre Suécia mantendo seus altos indicies de alcoolismo e suicídios se mantendo vitoriosamente fora de duas guerras mundiais. [Risos] Mas o que deveria ficar claro em todos os sentidos, sobre todos os tipos de questões, é que os trabalhadores precisam de um governo próprio..."

"Uma Conversa sobre a Questão do Partido Trabalhista". Young Communist Bulletin nº3

De forma semelhante, comentando no mesmo discurso sobre as razões por detrás da reformulação da tradicional defesa trotskista de um "Partido Trabalhista" nos EUA para a de um "Partido dos Trabalhadores":

"Se alguém diz um movimento trabalhista ou um Partido Trabalhista agora – há uma boa razão para vê-los no mais incrustado, aristocrático, racista, chauvinista significado ao estilo George Meany [líder sindical norte-americano, conservador e de grande projeção nacional entre os anos 1950 e 1980]. [Isso] é [algo] extremamente importante, e uma das razões para a palavra de ordem 'Abaixo os burocratas! Por um Partido dos Trabalhadores.'. Não há nenhuma diferença de concepção entre um 'Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos' e um 'Partido Trabalhista basedo nos sindicatos', exceto que a terminologia projeta uma concepção um pouco diferente."

Se os revolucionários justamente não querem confundir as pessoas por incorretamente projetarem-se como defensores da criação de um Partido Trabalhista Britânico para os trabalhadores dos EUA, também estamos preocupados em não confundir as pessoas incorretamente projetando-nos como socialistas ao estilo Archie Bunker [personagem fictício do seriado dos anos 1970 "Tudo em Família" – extremamente reacionário e conservador]que são hostis a libertação da mulher.

O Reagrupamento Revolucionário se mantém firme quanto ao conteúdo dos documentos postados e continuará a postar sobre essa questão na seção Documentos Históricos do nosso site. Nós nos distanciamos de uma política falha, nós não estamos alterando o programa ou prinípios fundamentais sobre a opressão às mulheres. Esta é uma mudança necessária na política, no entanto. Vamos no futuro criticar correntes políticas feministas específicas, ao contrário de denunciar o termo como tal.

De forma mais abrangente, como apontamos em nossa introdução aos Documentos Históricos como um todo:

"Enquanto buscamos dar continuidade ao trabalho e construir sobre as contribuições daqueles que vieram

antes de nós, não defendemos dogmaticamente os erros do passado que possivelemtne foram cometidos de forma inevitável. Portanto, nossa postagem desses documentos reflete uma concordância geral, e não uma adesão acrítica a cada argumento ou formulação secundária." ☭

As mulheres e a Revolução Permanente

Originalmente publicado em ***Workers Vanguard n. 17****, de março de 1973, pela então revolucionária Liga Espartaquista. A tradução para o português foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário a partir da versão em espanhol publicada em* ***Spartacist Español n. 16****.*

Para os marxistas a emancipação da mulher em relação à opressão especial que sofre é um indicador preciso do grau em que uma sociedade foi capaz de se livrar da opressão social em geral. Esta interrelação foi formulada pela primeira vez pelo socialista utópico Fourier:

> "A mudança de uma época histórica sempre pode ser determinada pelo progresso das mulheres rumo à liberdade, poque nas relações da mulher com o homem, do fraco com o forte, é mais evidente a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau de emancipação das mulheres é a medida natural da emancipação geral."
> — ***Theorie des quatre mouvements*****, 1808.**

Fourier foi parafraseado por Marx em *A Sagrada Família* (1845):

> "A relação do homem com a mulher é a relação *mais* natural de um ser humano com o oturo. Indica, portanto, em que medida o comportamento *natural* do homem se tornou humano, e em que medida sua essência humana se converteu em um essência *natural* pra ele, até que ponto sua*natureza humana* se converteu em *natureza* para ele."

Marx repetiu o mesmo ponto 23 anos depois, de uma form mais direta e sucinta, em uma carta a Kugelmann: "...o progresso social pode ser medido com exatidão pela posição social do belo sexo (as feias incluídas)."

Origens da família monogâmica

Uma das ironias da história é que a origem da opressão especial que a mulher sofre tem suas raízes em um dos primeiros avanços sociais: o desenvolvimento de tecnologia humana para além da luta diária pela subsistência mínima típica das sociedades caçadoras-coletoras. Com a introdução da criação de gado, forja de metais, tecelagem e, por último, a agricultura, a força de trabalho humana se tornou capaz de produzir um sobre-produto social substancial. Sob o impacto desses avanços tecnológicos, a instutição sob a qual o trabalho humano se reproduz, a família, passou por uma profunda transformação. Conforme Marx e Engles apontaram na *Ideologia Alemã*, a propagação da espécia engendrou a primeira divisão de trabalho, entre homens e mulheres. Por conta das funções procriativas das mulheres, a tarefa de ter e criar filhos, bem como as tarefas domésticas em geral caíram sobre elas. O âmbito doméstico era a esfera geral das atividades da mulher. Entretanto, o desenvolvimento das tecnologias, a domesticação dos animais (incluindo outros humanos, geralmente prisioneiros de guerra ou escravos) e da terra, bem como o desenvolvimento de ferramentas, teve lugar na esfera geral das atividades do homem, e foi ele que se apropriou da concomitante expansão da riqueza social. Assim, o advento da propriedade privada e a necessidade de transferir sua propriedade através da herança fez surgir as leis patriarcais da herança e da descendência. A família monogâmica se desenvolveu para garantir a paternidade das crianças, enquanto a reclusão da esposa se tornou uma incumbência para garantir sua fidadelidade. Essa reclusão significava uma exclusão da vida pública e da reprodução social.

> "A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros."
> — **ENGELS, F.** ***A origem da família, da propriedade privada e do Estado*****, 1884.**

Antes do surgimento da propriedade privada e da família monogâmica, as armas, assim como as ferramentas de trabalho e a propriedade, eram propriedade comum. Todavia, com o desenvolvimento da propriedade privada e dos meios de produção e procriação, e a polarização da sociedade em classes econômicas, as armas foram monopolizadas por corpos de homens separados do resto da sociedade. Estes corpos armados de homens constituíram a essência do *Estado*. Apesar de parecer estar acima das classe, o Estado na realidade é o instrumento através do qual a classe economicamente dominante de cada época mantém sua hegemonia. O Estado antigo era o Estado dos escravistas, para manter submetidos os escravos; o Estado feudal era o órgão da nobreza para submeter camponeses, servos e peões; e o Estado "democrático" moderno é o instrumento da classe capitalista para manter seu domínio e capacidade de explorar os trabalhadores.

Em cada época, a família, tal qual o Estado, foi principalmente uma instituição para perpetuar a forma de propriedade dominante e a classe econômica dominante. Para o escravo, o servo e o escravo assalariado – isto é, para aquelas classes sociais desprovidas de propriedade a herdar ou defender – a família e a polícia são principalmente instituições de subjugação.

Limitações do programa burguês

Com a chegada do capitalismo industrial, a família entrou em um estado de dissolução relativa. Para baixar os salários, o capitalismo tratou de reduzir o custo de produção e reprodução da força de trabalho, integrando a família inteira no processo produtivo. Isso significou o desmantelamento da estrutura das guildas artesanais, no começo através da distribuição do "trabalho por peça" a famílias individuais, e logo depois através de sua concentração em zonas industriais e moradias de propriedade da empresa. Em países de desenvolvimeno industrial tardio, como a Rússia czarista, as guildas e o desenvolvimento da indústria de trabalho em domicílio foram omitidos, e os servos atraídos diretamente a grandes e desoladas cidades patronais.

O retorno da mulher à produção social é a precondição para sua emancipação social, mas sob o capitalismo isso significou uma maior escravização e degradação da mulher, ao ser forçada a agregar a escravidão assalariada a sua escravidão doméstica. Incapazes e relutantes em oferecer substitutos sociais ao papel econômico da família, contudo, os capitalistas encorajaram as mulheres a retornarem para casa e para a cozinha, com propaganda conscientemente elaborada a favor da família e da religião. Dessa maneira, o capitalismo expandiu as forças produtivas e criou as bases tecnológicas para a socialização do trabalho doméstico e a substituição da família como unidade econômica, mas foi e segue sendo incapaz de alcançar essa substituição, da mesma maneira que criou as bases para a socialização internacional dos meios de produção, mas ainda não pôde eliminar as fronteiras nacionais.

Para a sua sobrevivência, o capitalismo depende das tradicionais e arcaicas instituições sociais da dominação de classe: a propriedade privada, a família monogâmica e o Estado-nacional. Conforme as forças produtivas geradas pelo capitalismo crescem, pressionam contra os limites impostos pelas instituições sociais sobre as quais se baseia o sistema, e a classe capitalista se torna cada vez mais virulenta em seu afã por apoiar e reforçar instituições que se tornam cada vez mais reacionárias. A tendência das mulheres a saírem das fábricas e voltarem aos lares, respaldada pelos capitalistas, alcançou seu ponto culminante na campanha Nazista para a escravização da mulher, sob o slogan *Kinder, Kirche, Küche* – "crianças, igreja, cozinha".

As revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, que limparam as instituições feudais do caminho do desenvolvimento capitalista, substituíram as relações sociais baseadas sobre obrigações e privilégios por aquelas que se baseiam na igualdade contratual e, desse modo, tiveram um profundo efeito sobre a família. A igualdade de direitos entre os sexos foi defendida pelos partidários ideológicos mais radicais da revolução burguesa, especialmente com respeito à posse e à transmissão hereditária da propriedade. Mas, ainda que no marco da legalidade formal, a burguesia se assustou com as consequências da sua própria revolução e imediatamente buscou no passado medieval instituições arcaicas com as quais estabilizar seu domínio. Assim, a Revolução Francesa foi seguida por uma contrarrevolução política, um Termidor no qual os *agentes* da revolução burguesa, os pobres do campo e os *sansculottes* urbanos, foram deserdados. Em termos da família e da opressão especial à mulher, o Termidor forneceu o Código Napoleônico, o qual converteu a mulher em propriedade do seu marido, requerendo da mulher a obtenção de permissão do mesmo para, por exemplo, conseguir um passaporte, elaborar um testamento ou firmar um contrato.

De forma similar, a igualdade das nações proclamada pela revolução burguesa foi subordinada ao impulso dos países industrialmente avançados para submeter as nações menos desenvolvidas na luta por mercados e matérias primas. A interrelação entre a subordinação da igualdade dos sexos e da igualdade das nações é demonstrada graficamente pelo imperialismo francês. Quando Napoleão III considerou que um índice maior de nascimentos era essencial para fornecer trabalhadores e soldados à expansão do Império Francês, recorreu à Roma e conseguiu que o Papa redefinisse o começo da vida – substituindo o ponto de vista católico tradicional, segundo o qual a vida começa quando o feto pode sobreviver fora da mãe, pela posição atual, que sustenta que a vida se inicia imediatamente depois da concepção. Isso converteu o aborto de pecado venial em pecado mortal, e sob esta base Napoleão III redigiu a restritiva lei do aborto que existe na França atualmente [tal lei foi revogada em 1975 sob pressão da militância feminista, sendo o aborto atualmente legalizado no país].

As mulheres sob o capitalismo decadente

Assim, a burguesia nunca foi consistentemente democrática, mesmo quando estavam na ordem do dia as tarefas democráticas necessárias à consolidação de sua dominação. Na época do imperialismo, os países imperialistas tem um interesse ainda maior em suprimir as aspirações democráticas e nacionais das massas das colônias e semicolônias. Tivessem os poderes imperialistas na China apoiado a Rebelião de Taiping (na qual brigadas de mulheres armadas cumpriram um importante papel), uma nação protestante moderna poderia ter surgido ali no século passado. Ao invés, eles apoiaram os Manchus, dos quais já dependiam então para garantir estabilidade. A estrado rumo à submissão imperialista se pavimenta pelo reforço aos aspectos mais reacionários e repressivos da sociedade semifeudal, combinado com a penetração nesta sociedade do que há de mais avançado em termos de técnicas capitalistas.

A inabilidade das "burguesias nacionais" desses países coloniais em desmantelar o passado feudal e levar adiante uma revolução democrático-burguesa foi demonstrada de forma conclusiva no decorrer do último século. A burguesia nacional, geralmente recrutada diretamente da velha nobreza e que depende das relíquias do passado feudal para sobreviver (por exemplo, os

latifúndios na América Latina), se desenvolveram como agentes corretores do imperialismo. As classes burguesas nativa no mundo colonial foram incapazes de se separem do entrelaçamento com a dominação imperialista por medo de colocaram em curso forças que as varreriam para fora do poder também – principalmente a luta anti capitalista dos trabalhadores, em aliança com o campesinado.

Analisando as tarefas de uma revolução na Rússia Czarista e as formas de alcançá-la, Trotsky formulou a teoria da revolução permanente. Ele concluiu que não só seria necessária uma liderança proletária para que se concretizassem as metas democrático-burguesas básicas da revolução – uma vez que a burguesia era incapaz de tomar um caminho revolucionário contra a autocracia – como também que o proletariado deveria estabelecer suas próprias metas socialistas, de forma imediata, caso se quisesse que a revolução fosse bem sucedida. Para que se desenraizassem a autocracia feudal e a dominação colonial, a classe trabalhadora teria que desenraizar a ordem burguesa que crescera com ela, e agora a escorava.

A questão da emancipação feminina no Terceiro Mundo continua a demonstrar a verdade das conclusões de Trotsky e das lições da Revolução Russa que ele antecipou. A igualdade de direitos para as mulheres é um direito democrático básico, declarado por todas as democracias e aceito como um objetivo de todos os movimentos de “libertação nacional”. No entanto, a opressão especial das mulheres se assenta sobre o próprio sistema de propriedade. Assim como a luta anticolonial que limita as suas metas ao estabelecimento de um Estado independente não é capaz de fornecer independência verdadeira ao domínio imperialista, também a “revolução” que é interrompida antes de derrubar o capitalismo se mostrou incapaz de erradicar a opressão das mulheres.

A luta pelo controle de Bangladesh fornece exemplos tão chocantes de comportamento imperialista desumano, que o controle completo da luta de “libertação nacional” contra o Paquistão pelos igualmente reacionários rivais imperialistas indianos é esquecido. No entanto, este fato impediu completamente a realização de todas as tarefas democráticas por esse movimento. Entre as vítimas dessa luta estavam 200.000 mulheres bengalis, que foram sistematicamente estupradas de forma coletiva por gangues do Exército paquistanês do oeste. Depois, as tropas do Marechal [Ayub] Khan rasparam as cabeças dessas mulheres, uma marca de desgraça na sociedade Bengali. As mulheres foram então libertadas, apenas para que fossem em seguida rejeitadas e massacradas por seus maridos, irmãos e pais, enquanto o Xeique [Ohmar Abdel] Rahman, fiel senescal da ex-feminista Indira Gandhi, chegava ao poder. O Estado que surgiu por trás das baionetas do exército indiano se mostrou tão libertador para as mulheres de Bangladesh quanto o regime que perpetrou os bestiais estupros coletivos. A perseguição vingativa aos Biharis [habitantes do nordeste da Índia] sob o novo Estado está longe de servir de consolo.

Dois exemplos: a independência argelina...

Quando a “libertação nacional” não se limita a simplesmente substituir um suserano do imperialismo por outro, como em Bangladesh, mas resulta em um grau de independência política real dentro do contexto de dominação econômica – como na Argélia – a ausência de melhorias para as mulheres reflete a contínua incapacidade de realizar tarefas democráticas fundamentais da revolução para as massas. O Programa de Tripoli, manifesto básico da revolução argelina, prometeu vagamente igualdade formal, mas até mesmo a lei do novo regime impõe desigualdades sexuais para as mulheres, muitas das quais lutaram na FLN tanto como auxiliares quanto como comandantes. Por exemplo, a pena máxima para o adultério cometido por homens é de um ano, para as mulheres, dois. E a realidade é muito pior do que a letra da lei expressa – enquanto o casamento forçado agora é ilegal, todo ano até mesmo o governo é forçado a admitir que muitos suicídios acontecem para evitar casamentos forçados. Isto pode ser atribuído à dificuldade em superar as tradições, no entanto, a atitude do regime da Argélia é hostil para a superação da tradição. Boumedienne, presidente do Conselho “revolucionário” da Argélia, disse:

> “Nós dizemos ‘não’ a este tipo [ocidental] de evolução, pois a nossa sociedade é uma sociedade socialista e islâmica. Existe um problema aqui. Ele envolve o respeito à moralidade .... Porque vimos entre vários povos que foram recentemente libertados, aquela mulher que, uma vez livre, apressa-se a pensar em coisas que não é preciso citar aqui .... A evolução da mulher argelina e o gozo de seus direitos deve estar no âmbito da moralidade de nossa sociedade.”
>
> **-- 8 de março de 1966**

E este discurso foi feito no Dia Internacional da Mulher! O discurso fez com que várias mulheres saíssem do local. Na Argélia “socialista”, onde todos os alunos recebem educação religiosa, as mulheres têm sido mantidas fora da política, geralmente fora do ensino superior e também sob o véu.

A sociedade argelina não tem passado sem algumas reformas democráticas, até mesmo reformas que atingem a família. Mas cada reforma é elaboradamente justificada somente após tortuoso debate religioso e tediosa reinterpretação do Corão.

O imperialismo moderno não se esqueceu de seu Rudyard Kipling [famoso escritor britânico, conhecido por sua apologia ao imperialismo inglês], não se esqueceu de como envolver-se no manto de uma “missão civilizadora”, especialmente em relação ao “sexo frágil” – afinal ele estupra tanto as mulheres quanto os recursos naturais das nações subjugadas. Imperialistas franceses, cujo Código Napoleônico até 1966 não permitia que uma mulher abrisse uma conta bancária ou assumisse um emprego sem a permissão de seu marido, desfilou na Argélia como os defensores e libertadores das mulheres muçulmanas.

Talvez a expressão mais ridícula dessa hipocrisia tenha sida assim chamada "Batalha dos Véus". Depois de 13 de maio de 1958, quando os colonos franceses saquearam a sede do governador-geral, derrubando a Quarta República, uma mulher colona organizou o Movimento de Solidariedade Feminina, que fez desfilarem mulheres muçulmanas sem o véu, para que dessem discursos elogiosos sobre como era bom ser liberada pela sociedade da "liberdade, igualdade e fraternidade" – o casamento completo do feminismo e do imperialismo! Em reação, o véu se tornou um símbolo da resistência ao imperialismo francês, tal como a família muçulmana, os costumes tradicionais etc. Assim, não só não se aboliram costumes seculares de escravidão doméstica e opressão, mas os símbolos desses costumes foram adoradas pela "Revolução"! Assim Boumedienne diz "não" não apenas para a hipocrisia imperialista francesa, mas também para as conquistas fundamentais da Revolução Francesa.

A expressão mais articulada do nacionalismo terceiro-mundista que, como os Narodink russos, reduz o "socialismo" e a "revolução" a um resgate do feudalismo, pode ser encontrado naquele queridinho dos revolucionários dos cafés, Frantz Fanon, o ideólogo oficial da FLN argelina. Enquanto seu livro *O ano cinco da revolução aregelina* é um testemunho da coragem e força da mulher revolucionária argelina – mostrando como o envolvimento na FLN revolucionou sua posição social – Fanon descobre sua força não na experiência libertadora da igualdade imposta pela vida de combatente, mas na tradição muçulmana patriarcal:

> "O que é verdade é que, em condições normais, uma interação deve existir entre a família e a sociedade em geral. O lar é a base da verdade da sociedade, mas a sociedade autentica e legitima a família. A estrutura colonial é a própria negação recíproca dessa justificação. A mulher argelina, ao impor tal restrição a si mesma, ao escolher uma forma de existência de âmbito limitado, estava aprofundando a sua consciência de luta e de preparação para o combate."

Fanon está bastante certo ao afirmar que, depois de participar da luta de libertação nacional, a mulher argelina "não poderia colocar-se de volta em seu antigo estado de espírito e reviver seu comportamento do passado". Mas para Fanon, como para os Narodinik, o atraso cultural e social das massas é em si uma fonte de sua capacidade revolucionária. Os Narodinik, os supremos pequeno-burgueses democratas radicais, negaram o caráter burguês da revolução democrática, ou seja, a revolução agrária, a independência nacional e os direitos democráticos, que constituíram os parâmetros de seu programa. Para eles, para Fanon e para o regime oficial argelino e seus diversos apologistas Stalinistas-Maoísta-Pablistas, esse regime é "socialista", apesar de sua incapacidade de realizar até mesmo as tarefas democráticas básicas da revolução burguesa. O que emerge é um nacionalismo terceiro-mundista, profundamente anti-democrático, feudal e, neste caso, fundamentalista muçulmano.

…e a Revolução Russa

Se a experiência argelina é a confirmação negativa da revolução permanente, a Revolução Bolchevique de 1917 foi tanto uma confirmação positiva quanto negativa. A Revolução Russa surgiu a partir da experiência cataclísmica de uma guerra mundial, em um país que, como os países coloniais, combinava o que havia de mais recente em tecnologia – indústrias que estavam inteiramente fundidas com o capital financeiro e, como tal, eram controladas em em última análise pelas Bolsas da Europa Ocidental – com as instituições medievais mais atrasadas. Ao mesmo tempo, a Rússia era a "prisão das nações", ela própria uma potência imperialista com apetites expansionistas na Ásia Menor e nos Bálcãs. Dado o desenvolvimento burguês retardatário da Rússia, ela pulou aquela fase que nutre uma forte pequena-burguesia urbana com fortes instituições e ilusões democráticas. Quando a mulher radicalizada da *intelligentsia* entrou para a política, não o fez como uma feminista ou sufragista, mas como terrorista. De acordo com os relatórios do ministro czarista da Justiça, Conde Pahlen, das 620 pessoas convocadas perante os tribunais por atividades revolucionárias durante a década de 1870, 158 eram mulheres. O Comitê Central Executivo do Narodnaya Volya ("Vontade do Povo"), de 29 membros, em 1879, tinha dez mulheres. Um dos membros desse grupo, Sofya Perovskaya, dirigiu o assassinato de Alexandre II.

A atividade terrorista das mulheres de classe média radicalizadas foi o prelúdio para as combativas batalhas de classe das mulheres trabalhadoras da Rússia. Concentradas principalmente nas indústrias têxteis, elas estiveram na vanguarda das lutas grevistas de finais de 1890. Após a virada do século, feministas burguesas organizaram "Clubes Políticos de Mulheres" em São Petersburgo. No inverno de 1907-1908, os social-democratas russos organizaram a "Sociedade de Ajuda Mútua entre as Mulheres Trabalhadoras" e emitiram a publicação *A Mulher Trabalhadora*. Quando as feministas burguesas organizaram o primeiro Congresso Pan-Russo de Mulheres, em 1908, as "mulheres sociais-democratas foram representadas pelo seu próprio grupo de classe, com 45 mulheres. Depois de passar as suas próprias resoluções independentes em todas as questões, as mulheres trabalhadoras finalmente saíram deste congresso de 'damas'" (A. Kollontai, *Women Workers Struggle for Their Rights*, 1918).

Uma das diferenças entre Bolcheviques e Mencheviques foi sobre a possibilidade de organizar um grupo de mulheres proletárias independente ou participar nos grupos feministas burgueses. Após a separação final entre os Bolcheviques e Mencheviques, em 1912, os Bolcheviques se distinguiram ao continuar a lutar para atrair mulheres proletárias para o movimento revolucionário. Os Bolcheviques retomaram a publicação de*A Mulher Trabalhadora*, em 1914, para o Dia Internacional da

Mulher. Este feriado, que tinha se originado em 1908 no Lower East Side de Manhattan (Rutgers Square), por mulheres no ramo do comércio de agulhas, foi adotado pela Segunda Internacional, sob a liderança de Clara Zetkin, em 1911. Ele foi celebrado pela primeira vez na Rússia, por iniciativa das trabalhadoras têxteis de São Petersburgo em 1913 e comemorado de novo em 1914, complementado com reuniões de massa, processões e da primeira aparição da bandeira vermelha em São Petersburgo. A próxima celebração foi em 1917 e marcou a abertura da Revolução Russa.

Os Stalinistas, que tentam encaixar a Revolução Russa em seu esquema etapista, afirmam que a Revolução de Fevereiro foi a etapa democrático-burguesa da revolução. Apesar de a Revolução de Fevereiro ter sido burguesa na medida em que colocou a burguesia no poder, havia muito pouca democracia nisso, especialmente em relação à emancipação das mulheres. E expulsão da igreja e dos tribunais eclesiásticos para fora dos assuntos privados de casamento e divórcio só foi conseguido depois, pela ditadura do proletariado. Da mesma forma, foi somente após a Revolução Bolchevique que um esforço real foi feito para aliviar a escravidão doméstica de mulheres através da criação de enfermarias, creches, assistência à maternidade, refeitórios públicos e lavanderias.

A Revolução Bolchevique estabeleu outro princípio básico da revolução permanente, a necessidade de liderança proletária sobre o movimento camponês. Enquanto a revolução agrária foi espontânea, a luta para convocar as mulheres camponesas para a vida pública e política completa não foi. A mobilização política das mulheres camponesas exigiu os esforços corajosos e persistentes das mulheres do partido bolchevique, muitas das quais foram recrutadas nas fábricas têxteis de São Petersburgo, que estavam na vanguarda da luta de classes russa por três décadas antes da revolução. Organizadas em seções especiais do Partido Comunista dedicadas a ganhar as massas de mulheres oprimidas para a revolução, quadros partidários, muitas vezes disfarçadas em *paranyas* e *eluchvons* (a roupa velada usada pelas mulheres em territórios muçulmanos da União Soviética) iam levar a mensagem da revolução para as áreas mais atrasadas da Rússia. A fim de atingir as mulheres em tribos nômades, seções femininas do PC organizaram as Yurtas Vermelhas, grandes tendas que distribuíam propaganda médica e também política. Seus esforços culminaram na Primeira Conferência Pan-Russa das Mulheres Proletárias e Camponesas, em novembro de 1918, com a participação de 1.700 delegadas. Uma das participantes descreveu a conferência como segue:

> "Em 1918, quando a guerra civil estava no auge, quando ainda tínhamos que lutar contra a fome, o frio e a devastação sem precedentes, quando ainda era necessário derrotar o inimigo em inúmeras frentes, nesse momento a conferência das mulheres proletárias e camponesas foi convocada. Centenas de mulheres labutadoras, das fábricas e aldeias mais remotas, tinham chegado a Moscou com suas denúncias, reclamações e dúvidas, com todos os seus cuidados, grandes e pequenos."-- F.W. Halle, Mulheres na Rússia Soviética (1933).

O Termidor reverte os ganhos das mulheres

Mas a União Soviética, um país economicamente atrasado, devastado pela intervenção imperialista e pela guerra civil, sitiado e cercado por potências capitalistas hostis, era incapaz de fornecer a base econômica para a construção do socialismo; só era possível "socializar a escassez". Lenin e Trotsky perceberam que, assim como a revolução democrática deve evoluir para a revolução socialista se quer resolver as tarefas democráticas da revolução, também uma revolução socialista deve evoluir diretamente para a revolução mundial. A falha da revolução em se expandir levou à tomada do poder pela conservadora burocracia de Estado sob comando Stalin em 1923, o que converteu o isolamento da União Soviética de uma profunda derrota em uma "vitória" retórica, com a doutrina nacionalista, antimarxista de "socialismo em um só país". Conforme Stalin consolidava seu poder, a nova casta dominante também exigia o renascimento da família monogâmica como o bastião desse "socialismo" em um país – assim como também foi um bastião da contrarrevolução fascista em países capitalistas.

A contrarrevolução política stalinista simplesmente fez correr ao contrário o filme da revolução na área dos direitos das mulheres. As seções de mulheres do partido foram liquidadas em 1929; a homossexualidade foi tornada crime em 1934; o aborto, que tinha sido legalizado em 1920, foi tornado ilegal em 1936; de 1935 a 1944, o divórcio foi se tornando cada vez mais caro e complicado; e em 1944, mesmo a educação mista foi abolida. Para conseguir aplicar essas medidas, Stalin confiou na influência conservadora do campesinato, que em geral foi o único a recebê-las positivamente.

É claro que em cada etapa os apologistas stalinistas encontrariam razões econômicas e sociais para cada uma das medidas contrarrevolucionárias de Stalin. Como Trotsky disse em *A Revolução Traída*, "Não se pode 'abolir' a família, deve-se substituí-la. A verdadeira emancipação das mulheres é irrealizável na base da 'escassez socializada'". Assim, mesmo o governo revolucionário de Lenin e Trotsky teve que enfrentar horrendos problemas, especialmente a respeito da família e a emancipação das mulheres. Por exemplo, em 1922, Krupskaya estimou que havia sete milhões de crianças sem abrigo, enquanto Lunacharsky, comissário da educação, estimou nove milhões. A adoção teve de ser ilegalizada em 1926 para impedir a exploração do trabalho infantil pelo campesinato! A "conquista" principal de Stalin foi transformar essas condições difíceis em uma racionalização para confiar todo o poder a uma panelinha conservadora contrarrevolucionária que se adaptou ao atraso para sobreviver.

As mulheres sob o Stalinismo terceiro-mundista

Na Iugoslávia, China, Vietnã do Norte e Cuba, lideranças pequeno-burguesas comandando exércitos baseados no campesinato conseguiram, por causa de circunstâncias históricas excepcionais, derrubar o capitalismo, apesar de seus programas "democráticos" completamente pró-capitalistas. Este fato por si só permitiu a estes países desempenhar um papel livre de subserviência política e econômica direta ao imperialismo; ou seja, lhes permitiu cumprir a tarefa básica da revolução anticolonial. Mas estas vitórias ocorreram como confrontos militares que foram perdidos pelas forças burguesas nativas e seus aliados imperialistas, apesar dos melhores esforços das lideranças "revolucionárias" para vender a luta em troca de uma "revolução" contida com segurança sob o capitalismo (como aconteceu na Argélia e situações semelhantes). O proletariado, vítima de derrotas anteriores, não possuía uma liderança e não conseguiu se desempenhar papel ativo na disputa para tomar o poder nessas revoluções.

Como consequência, o que surgiu não foi uma democracia proletária, mas regimes tão burocraticamente deformados como o que surgiu a partir da degeneração da revolução na União Soviética, ou seja, Estados operários deformados. Dentro desses regimes, mais uma vez a emancipação das mulheres é o indicador mais preciso da emancipação geral. Embora às mulheres tenha sido concedido a igualdade formal, nenhum esforço consistente e concentrado tem sido feito para libertá-las da escravidão doméstica. Enquanto as mulheres têm aumentado o seu acesso aos papéis socialmente produtivos, eles geralmente se restringem àquelas áreas que são uma simples extensão do trabalho doméstico, como a têxtil e de enfermagem. No Vietnã do Norte, depois de 26 anos de guerra, as mulheres ainda não são autorizadas a desempenhar um papel de combate no exército regular. E só as exigências da guerra obrigaram a burocracia do Vietnã do Norte a estabelecer berçários e creches. O controle da natalidade e aborto são legalizados e ilegalizados ao capricho da burocracia.

Politicamente, as mulheres não são mais ou menos marginalizados do que seus maridos na ausência de democracia proletária. Na ausência de seções especiais do partido para as mulheres, não há veículos especiais para treinar e equipá-las a entrar no partido. O recrutamento de mulheres é geralmente feito através da exortação moral. A maioria das mulheres é desviada para Federação Democrática das Mulheres local, onde podem circular petições para a paz, justiça e igualdade. Na China, a Federação Democrática das Mulheres, que afirmou certa vez uma adesão de 70 milhões, foi dirigida pela esposa de Liu Shao-chi; por conta disso foi abolida pela Revolução Cultural!

Em países atrasados e coloniais, classes pequeno-burguesas oprimidas pelo feudalismo e pelo imperialismo, sobretudo o campesinato, são mais numerosos do que o proletariado. A fim de chegar ao poder, o proletariado deve mobilizar essas classes atrás dele na luta contra o imperialismo e dos direitos democráticos básicos. No entanto, o proletariado é a única força consistentemente revolucionária e anticapitalista nesses países. A fim de derrubar o capitalismo e começar um caminho desobstruído para o socialismo, a revolução deve ser feita em termos do proletariado e do seu programa. A família como unidade econômica escravizando mulheres poderia, então, ser substituída através da socialização dos meios de produção e reprodução da força de trabalho. Mas a revolução que repousa sobre o campesinato ou de uma fusão dos interesses dos camponeses e trabalhadores (ou seja, em um programa modificado de uma seção da pequena burguesia) resulta em que, para o campesinato, a família é a unidade econômica existente da agricultura de pequena escala, ao contrário das fábricas e indústrias socializadas dos trabalhadores. Ao contrário dos trabalhadores, os interesses de classe dos camponeses são baseados no aprofundamento da propriedade privada de pequenas parcelas, o que significa que conservam a estrutura familiar. Mas os camponeses são incapazes de reorganizar a sociedade. Sua influência conservadora só pode ser superada através da liderança dos trabalhadores.

Assim, a interrelação entre a questão da terra e da família é uma chave para a compreensão dos ziguezagues dos Estados operários degenerados e deformados. Pois a industrialização exige um excedente de alimentos; um excedente de alimentos requer mecanização; mecanização requer industrialização, etc. Como quebrar este ciclo vicioso? A Nova Política Econômica (NEP), a acumulação primitiva socialista (o imposto em espécie), persuasão e exemplo foram os métodos de Lenin e Trotsky. Decretos burocráticos, cujos parâmetros são apenas os precipícios da catástrofe, são o método do Stalinismo, que vai de Stalin e seu lema "kulaks, enriquecer-vos", bem como da Nova Democracia de Mao, à coletivização forçada e ao Grande Salto Adiante. Durante o Grande Salto Adiante e a coletivização forçada de Stalin, as mulheres foram incentivadas a participar na produção social, e a família tendeu a ser subordinada. Mas estas medidas não correspondem ao ritmo real de desenvolvimento econômico, e nenhum substituto para a família como uma unidade econômica foi desenvolvido. Os regimes Stalinistas foram assim forçados a fortalecer a estrutura familiar como a única saída não revolucionária para o caos que haviam criado e para conciliar o campesinato enfurecido. O proletariado, precisamente a classe para quem a família não desempenha nenhum papel econômico, está destinado pela história a liderar a luta pela emancipação da mulher.

As mulheres e a Revolução Permanente

Embora a exploração de classe seja o eixo principal da luta social, não é a única forma de opressão social. Insensibilidade às formas especiais de opressão – nacional, racial, geracional, bem como sexual – é uma forma de oportunismo. Economismo, a ideologia dos burocratas sindicais e seus puxa-sacos, prospera em tal oportunismo. No entanto, a recusa de ver a natureza interligada da opressão especial e da luta de classes, a

postular vias "alternativas" (por exemplo, o feminismo burguês) que não seja a luta de classes para lidar com a opressão especial, é ao mesmo tempo reacionário e utópico. Porque a questão da opressão das mulheres e da família é fundamental para a sociedade de classes, a solução só pode ser um desenraizamento global de propriedade capitalista e a preparação para uma sociedade comunista sem classes. Apenas um partido proletário internacional, consciente das suas tarefas e missão, pode proporcionar a liderança necessária para tal reviravolta.

Garota de 17 anos morre de aborto

Onde estão os verdadeiros culpados?

Por Judy Mage. Originalmente publicado em **The Young Socialist***, v. 1, n. 5, de fevereiro de 1958, órgão da juventude de Nova York do Socialist Workers Party (SWP) norte-americano. Cabe ressaltar que o texto foi escrito em um período particularmente reacionário e por uma militante jovem, o que ressalta ainda mais seus méritos. Tradução realizada pelo Reagrupamento Revolucionário em março de 2013.*

"Garota de 17 anos encontrada morta: vítima de um aborto mal feito". Assim estava escrito nas manchetes dos jornais de Nova Iorque em uma noite fria de dezembro passado. Lendo mais, descobrimos mais uma cruel e típica história: uma gravidez indesejada, o namorado ajudante, o "cirurgião" – nesse caso de uma recepcionista – a operação no chão de um quarto de hotel, a moça morta dentro de meia-hora, um enterro secreto em uma sepultura cheia de lixo; e depois, a descoberta, e as acusações de homicídio não premeditado.

Sim outra tragédia, outra vítima – de que? De um "aborto mal feito" de uma recepcionista operada em um chão sujo com instrumentos rústicos? Ou então outra vítima de uma lei que ilegaliza essa operação, transformando o que poderia ser uma cirurgia pequena e relativamente segura, se realizada em condições completamente antissépticas por um especialista treinado, em algo perigoso, muitas vezes danoso e algumas vezes fatal.

Quantas vítimas?

Quão perigoso? Especialistas estimam que de 100 a 150 mulheres e meninas morrem a cada semana nos Estados Unidos como resultado direto de "abortos criminosos". Estimativas do número total de abortos ilegais que ocorrem nesse país cada ano variam de aproximações conservadoras de 330 mil – cerca de mil por dia – até mais de dois milhões.

São as mulheres e meninas mais pobres, é claro, as principais vítimas do aborto de "açougue", também conhecido medicamente como "aborto suicida". Aqueles com mais dinheiro para gastar conseguem mais facilmente um médico "de verdade" que pode incrementar sua renda consideravelmente em troca de correr um pequeno risco. Os preços atuais, de acordo com um estudo feito há dois anos, variam de $250, uma média baixa entre os médicos, até $400, $600 e até mais que $1000.

Particularmente chocante para qualquer um que faça alguma pesquisa sobre esse assunto, é descobrir que entre oitenta e noventa por cento dos abortos ilegais são realizados não em adolescentes descoladas, "delinquentes" (ou mesmo em adolescentes gentis e ingênuas, como a de 17 anos descrita acima), mas em mulheres casadas, a maioria das quais já são mães. Além disso, alguns pesquisadores estimam que **metade** dos abortos criminosos são realizados em mulheres que nem mesmo estão grávidas.

Qual é a solução? Em alguns países, avançou-se ao ponto de permitir abortos por outros motivos que não "terapêuticos". Na Dinamarca, Áustria, Cuba, Suíça e na União Soviética (depois de um retrocesso de 20 anos), Suécia, Japão e alguns outros países, motivos legais incluem fatores econômicos, psiquiátricos, eugênicos e outros de ordem social.

Nos Estados Unidos, oponentes de qualquer "relaxamento" nas leis de aborto levantam uma série de argumentos, mas há dois que predominam dentre os outros. O primeiro é mantido em particular pela Igreja Católica, que diz que já que o embrião é uma "pessoa com vida", seria um pecado tirar sua vida. Pode-se contestar a consistência de uma organização que permaneceu calada quando embriões sem batismo foram destruídos em grandes quantidades em Hiroshima e Nagasaki; e que justificou e continua justificando o assassinato, em grandes e pequenas guerras, de centenas de milhares de "pessoas com vida" que inconvenientemente estão **fora** do útero.

Guargiões da moral

O outro argumento, também levantado pela Igreja, mas por muitos outros também, diz respeito à torrente de promiscuidade, especialmente entre a juventude, em que presumivelmente se resultaria caso o medo de uma gravidez deixasse de existir como obstáculo. Mas com que direito essas pessoas se declaram árbitros do que é certo e errado? Quem os elegeu? Por que não deixar os jovens decidirem por si mesmos quais seus padrões de moralidade devem ser, ao invés de impor o padrão de alguém sobre eles?

É verdade que a legalização do aborto não é a resposta completa. Ainda mais importante é o encorajamento de uma forma de "medicina preventiva", ou seja, controle de natalidade. Embora a disseminação de informação sobre controle de natalidade não seja ilegal na maior parte dos Estados Unidos, a maior agência nesse campo, a secretaria de Planejamento Familiar, encontra grandes barreiras organizadas, novamente, pela Igreja Católica. Embora exista outro importante fator atrapalhando o sucesso de um controle da natalidade difundido e acessível, que é a ausência que um contraceptivo realmente simples, barato e acessível.

As pesquisas ainda continuam naquilo que é

popularmente chamado de “pílula”, uma substância aplicada oralmente que seria ao mesmo tempo segura e confiável em prevenir a concepção. A secretaria de Planejamento Familiar mantém um programa de pesquisa, mas os recursos aplicados nisso são extremamente pequenos. Como uma mulher envolvida nessa pesquisa colocou: “Nós poderíamos ter a resposta dentro de dez anos. O que é preciso é um Projeto Manhattan – um programa intensivo!”.

Mas não há programa intensivo – e na ausência da adequada informação e orientação sobre controle da natalidade, na ausência de leis de aborto humanas e realistas, garotas de 17 anos e mães de 35 anos vão continuar a morrer como vítimas de facões desajeitados.

Feminismo e Histeria Moral

O presente artigo foi originalmente publicado 1917 n. 02*, no inverno de 1986, órgão da então revolucionária Tendência Bolchevique Internacional. Sua tradução para o português foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário em abril de 2014. Ressaltamos as observações críticas presentes em* Sobre Marxismo e Feminismo *(p. 3) acerca do uso problemático da noção de feminismo aqui presente.*

A histeria em torno da AIDS não pode ser dissociada da ofensiva ideológica mais geral da direita. Pregando no mercado o evangelho da ganância sem regulamentações, a direita Reaganista almeja, ao mesmo tempo, restabelecer à força padrões Vitorianos de moralidade sexual para todos. Em um ensaio entitulado *Thinking Sex* (“Pensando o Sexo”, incluído no livro *Pleasure and Danger - Exploring Femele Sexuality*, 1984) a antropóloga Gayle Rubin localiza a origem da atual campanha anti-sexo no esforço realizado em 1977 pela cantora Anita Bryant para derrubar uma portaria acerca de direitos gays em Miami, e a compara a histerias morais anteriores, como aquele acerca da “escravidão branca” na década de 1880, as campanhas anti-homossexuais dos anos 1950 e a histeria em torno da pornografia infantil de fins da década de 1970. Ela escreve:

> “Conforme a sexualidade nas sociedades Ocidentais é tão mistificada, as guerras em torno dela são comumente travadas sob ângulos oblíquos, direcionada a falsos alvos, conduzidas com paixões descoladas e são altamente, intensamente, simbólicas. Atividades sexuais frequentemente funcionam como signos para apreensões pessoais e sociais com as quais elas não possuem conexões intrínsecas. Durante uma histeria moral, tais medos se ligam a alguma desafortunada atividade sexual ou população. A mídia se torna flamejante de indignação, o público se comporta como uma turba raivosa, a polícia é convocada e o Estado formula novas leis e regulamentos. Quando o furor passa, algum inocente grupo erótico é dizimado e o Estado expande seu poder para novas áreas do comportamento erótico.”

Sendo ela própria uma feminista, Rubin ataca a aliança entre a direita e feministas anti-sexo como o grupo *Women Against Pornography* (“Mulheres Contra a Pornografia”). Ela observa que o movimento feminista se polarizou em duas correntes: “Uma tendência criticou as restrições ao comportamento sexual das mulheres e denunciou os altos custos impostos à elas por serem sexualmente ativas [...]. A segunda tendência considerou a liberalização sexual como sendo uma mera extensão dos privilégios masculinos. Essa tradição ressoa o discurso conservador anti-sexo.”. No seu extremo, esse grupo expõe uma paródia grotesca de uma sexualidade centrada na família e repressiva, com sua defesa do lesbianismo monogâmico, enquanto mal-diz praticamente todas as outras atividades sexuais como sendo mantidas através da dominação masculina. “Até mesmo a fantasia sexual durante a masturbação é denunciada como como um resquício falocêntrico.” Rubin vai além e diz que:

> “a retórica anti-pornô é um gigante exercício de busca por bodes expiatórios. Ela critica atos não-rotineiros de amor, ao invés de criticar atos rotineiros de opressão, exploração e violência. Essa sexologia demoníaca dirige a raiva legítima contra a falta de segurança pessoal das mulheres contra indivíduos, práticas e comunidades inocentes. A propaganda anti-pornografia frequentemente sugere que o machismo se origina dentro da industria comercial do sexo e então infecta o resto da sociedade. Isso é sociologicamente estúpido. A indústria do sexo [...] reflete o machismo que existe na sociedade como um todo [...]. Uma boa parte da atual literatura feminista atribui a opressão das mulheres à representações gráficas do sexo, à prostituição, educação sexual, sadomasoquismo, homossexualismo masculino, transexualismo. O que aconteceu com a família, a religião, a educação, práticas de criação das crianças, a mídia, o Estado, psiquiatria, discriminação empregatícia e desigualdade salarial?”

Uma boa pergunta. A resposta é que tais questões estão submersas em um movimento que situa a divisão social básica entre os sexos. Enquanto marxistas, nós rejeitamos firmemente esse axioma feminista e defendemos que a raiz da opressão reside na divisão da sociedade em classes antagônicas, isto é, nas necessidades de uma minoria de capitalistas que se apropriaram da capacidade produtiva da sociedade para manter seu poder. Aquelas falsas esquerdistas que tentam cobrir esse vão com um hífen (designando a si próprias de “feministas socialistas”) capitulam ao setorialismo do qual o feminismo é apenas

uma entre outras possíveis variantes. Ao fazerem isso, elas logo se vêem apoiando "criticamente" tais iniciativas fundamentalmente reacionárias como o chamado ao Estado por mais policiamento para garantir a segurança das ruas (a confiança política das mobilizações do *Take Back the Night* ["Retomemos a noite", uma ONG e evento internacional pelo fim da violência sexual]) ou pelo fechamento de *sex shops*.

A opressão sexual nas sociedades capitalistas reside nos pilares gêmeos da família e do Estado. O papel fundamental da família é o de produzir e socializar a geração seguinte de trabalhadores assalariados para o capital. A família naturalmente constitui um baluarte para a ordem social hierarquizada da qual ela é a unidade básica. A repressão à homossexualidade e à outras formas de sexualidades "desviantes" servem para canalizar a energia libidinosa para a família nuclear monogâmica heterossexual socialmente aprovada. Nada de fundamental nessa equação irá mudar imediatamente após a total reorganização da sociedade que esmagará os fundamentos materiais da opressão às mulheres, e assumirá a responsabilidade social pela criação das crianças e pelo trabalho doméstico. Isso só pode ser alcançado através de uma revolução social liderada pela classe trabalhadora, unindo atrás de si os oprimidos e explorados dessa sociedade.

☭

Debate com o PSTU

Sobre as "delegacias da mulher" e a emancipação das mulheres trabalhadoras

O seguinte artigo foi originalmente publicado em maio de 2013 e impresso em Reagrupamento Revolucionário n. 05 *(terceiro trimestre de 2013).*

Reproduzimos a seguir a intervenção (reconstruída a partir de anotações) de um militante do Reagrupamento Revolucionário realizada em um fórum aberto do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) no Rio de Janeiro, em 15 de março de 2013. A atividade, intitulada "A Origem do Machismo e suas Consequências nos Dias Atuais", contou com a presença de cerca de cem pessoas. Depois da intervenção, incluímos um comentário lidando com as respostas que recebemos das companheiras e companheiros do PSTU no dia do evento.

Intervenção

Eu sou militante do Reagrupamento Revolucionário. Eu concordo com a afirmação de que todas as formas de opressão contra as mulheres devem ser ativamente combatidas pela esquerda. O meu grupo acredita que a luta pela emancipação da mulher é estratégica para o sucesso de uma revolução socialista.

De fato, a igualdade básica para as mulheres só é possível derrubando o Estado dos patrões e estabelecendo um governo direto dos trabalhadores, capaz de oferecer emprego de qualidade e com salário igual para todas; capaz de socializar o trabalho doméstico; e de assegurar direitos democráticos como a legalização do aborto. Mas um governo como esse não pode ser erguido sobre as bases do atual Estado burguês. É necessário derrubar os seus pilares, um dos quais é a polícia e as forças armadas. Nesse sentido, eu acredito ser necessária uma polêmica com os companheiros do PSTU.

Na semana do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, o PSTU defendeu, entre outras demandas, "Abertura de mais delegacias da mulher, com funcionamento 24 horas e policiais qualificados para o atendimento a vítimas". A abertura de mais delegacias implica a contratação e treinamento de mais policiais, e também a compra de mais equipamento para a polícia, que vão estar a disposição do Estado para reprimir os movimentos da classe trabalhadora. Nós acreditamos que qualquer reforço no aparato de Estado dos patrões, como o que é proposto nessa medida, atrapalha estrategicamente a luta pela liberação das mulheres trabalhadoras.

Nós sabemos que muitas vezes as mulheres trabalhadoras não tem outra opção a não ser recorrerem à polícia. E é claro que não temos nenhuma compaixão pelos agressores machistas e estupradores que atentem contra a integridade das mulheres e acabem eventualmente atrás das grades. Mas eu acredito que revolucionários não podem estabelecer como uma de suas demandas algo que irá reforçar o aparato armado que defende o que é, em última análise, a causa principal do machismo e da opressão às mulheres.

As trabalhadoras nas greves reprimidas, as estudantes presas e processadas da USP, as militantes de esquerda e do movimento popular, assassinadas e agredidas pela polícia, as mulheres que vivem nas favelas, todas sabem que a polícia não é sua amiga. É por um reforço dessa mesma polícia que o PSTU está inadvertidamente chamando com essa palavra de ordem. Os policiais, inclusive as policiais mulheres, estão do outro lado da barricada da luta de classes.

O papel de uma organização revolucionária é mostrar que essa polícia é um órgão que vai contra os interesses das mulheres trabalhadoras e também não é capaz de protegê-las efetivamente. Os marxistas devem explicar para os proletários que eles devem buscar a sua própria proteção, inclusive contra o Estado, e estimular experiências de autodefesa baseadas nos sindicatos, nas organizações que se interessem pela defesa das mulheres e que sejam compostas pelos partidos de esquerda.

Nós sabemos que nem sempre isso é possível na

nossa atual conjuntura, e não propomos que as mulheres aceitem caladas a opressão de seus agressores particulares. Mas não iremos propor um reforço do instrumento que mantém essa opressão de uma forma geral e que será um obstáculo também quando as trabalhadoras e trabalhadores estiverem prontos para tomar suas vidas em suas próprias mãos. Ao propor um reforço do Estado burguês e ao apresentar um crescimento de delegacias e policiais como se fosse algo bom para as proletárias, o PSTU está prestando um desserviço à causa da emancipação da mulher trabalhadora.

Comentário Posterior

Por Rodolfo Kaleb

No debate, nós recebemos uma variedade de respostas de militantes do PSTU através de suas intervenções. Cyro Garcia, que é o atual presidente estadual do PSTU do Rio de Janeiro, classificou nossa posição como uma "incompreensão" que deixaria as mulheres jogadas à própria sorte. Afirmou ainda que, na atual conjuntura, é necessário exigir do Estado a defesa das mulheres trabalhadoras. Que em uma conjuntura mais favorável, no futuro, será possível que os próprios trabalhadores organizem sua proteção.

O dirigente do PSTU separa a situação *presente* (na qual se justificaria um reforço do aparato policial) e uma situação *futura*, indefinida, na qual fariam sentido nossas demandas de construir autodefesas dos trabalhadores baseadas nos sindicatos.

Não pareceu existir na fala de Cyro a compreensão de que existe uma relação entre o que defendemos hoje e a situação que encontraremos amanhã. Pedir hoje que as forças policiais sejam reforçadas faz com que amanhã, quando houver uma possibilidade concreta de enfrenta-las abertamente, elas estejam mais fortes. Isso sem contar com o fato de que durante todo esse período elas significarão mais repressão e perseguição contra os lutadores de todos os movimentos sociais.

Diferente da lógica do PSTU, Marx defendia que "Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas mesmo no movimento do presente, também representam e se encarregam de seu futuro." (*Manifesto do Partido Comunista*).

Em sua fala de encerramento, a companheira Marília Macedo (candidata a vice-prefeita pelo PSTU nas últimas eleições municipais), nos respondeu reconhecendo que existe certa contradição em defender uma medida que fortalece o aparato policial, mas disse que essa contradição não era irreconciliável e ofereceu o seguinte argumento: esse fortalecimento quantitativo do aparato policial do Estado burguês iria, no futuro, sob uma correlação de forças mais favorável, ser atenuado pela possibilidade de que esses "trabalhadores fardados" fossem devidamente ganhos para a luta revolucionária.

O marxismo e a experiência histórica nos ensinam que uma revolução proletária não pode triunfar sem destruir o aparato armado do Estado burguês, que deve imediatamente ser substituído pelos trabalhadores armados e seus próprios órgãos democráticos de poder. Esses ensinamentos têm sido comprovados repetidamente ao longo das décadas pelas revoluções triunfantes e, pela negativa, pelas muitas vezes em que a classe trabalhadora foi derrotada. Para vencer como classe, os trabalhadores não podem contar com a polícia e as forças armadas da burguesia; pelo contrário, essas são seus inimigos.

É claro que, em situações revolucionárias, é necessário rachar o exército burguês — o que significa ganhar os soldados não comprometidos com a burguesia para o lado do proletariado. Mas isso é muito diferente de acreditar que mais soldados armados pela burguesia pode ser algo bom para a classe trabalhadora, cujas lutas cotidianas contra a classe dominante seriam reprimidas com mais vigor. Sem contar que existe uma diferença fundamental entre rachar as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) – que em épocas de intensa crise social incorporam muitos proletários recrutados em um período curto de tempo (e muitas vezes contra sua vontade) – e rachar as forças policiais compostas por profissionais que *voluntariamente* decidem pelo serviço de repressão. Mais polícia nas ruas definitivamente não é algo bom para a classe trabalhadora!

***

Apesar da contradição flagrante com a tradição marxista, o PSTU tenta esboçar alguma lógica em sua posição. Como deixou clara a fala da companheira Marília, o PSTU acredita que em algum momento será possível ganhar os policiais para a causa revolucionária. Essa crença (sem fundamento na experiência histórica do proletariado) deriva do fato de que esse partido vê os policiais enquanto trabalhadores, com a "pequena diferença" de que sua função primordial é manter a ordem burguesa! **[1]**

O PSTU defende a presença de "sindicatos" de policiais na CSP-CONLUTAS e apoia "greves" da Polícia Militar por "melhores condições de trabalho" (ou seja, para reprimir melhor), ignorando a experiência concreta dos trabalhadores, que em suas lutas são brutalmente reprimidos e até mesmo assassinados por esses "companheiros" da polícia.

Mas ainda assim, tal posição não justifica porque deveríamos apoiar a expansão das "delegacias da mulher", tendo em mente que essas delegacias vão significar mais "companheiros policiais" aptos para repressão das lutas proletárias. Mesmo considerando que o PSTU estivesse sendo sincero em suas intenções (oportunistas) de querer ganhar a polícia para um programa socialista, o que ele está fazendo não é buscar romper policiais de uma instituição reacionária, mas sim se adaptando aos interesses reacionários de fortalecer a polícia como instituição.

***

Algumas outras falas de militantes do PSTU ao longo da atividade refletiram uma percepção mais geral (e confusa) de que o reforço do aparato policial não só seria uma garantia de proteção para muitas mulheres,

mas também ajudaria estas a se sentirem mais confiantes. Segundo essa percepção, isso poderia se refletir até mesmo em uma maior adesão de mulheres aos sindicatos e às lutas em geral.

Nós não duvidamos que muitas mulheres tenham a ilusão de que estão mais seguras com o fortalecimento da polícia na forma de "delegacias das mulheres". É exatamente isso que o Estado burguês quer que acreditem. E as companheiras e companheiros do PSTU compartilham dessa crença. Mas será que ela é verdadeira? Não se trata aqui de uma tentativa tola de simplificar a realidade. Sabemos que por ser um aparato armado da burguesia, a polícia realiza também um trabalho de perseguição a criminosos comuns que, se não controlados, afetam a própria lógica do funcionamento do sistema. Também devemos apontar, porém, que a polícia "mostra serviço" principalmente quando é chamada a defender ricos e poderosos, tanto em seus interesses particulares quanto nos seus interesses comuns de reprimir e espionar os movimentos sociais. Mesmo quando atende as mulheres da classe trabalhadora, a polícia frequentemente incorre em discriminação de classe, raça ou orientação sexual. Mulheres pobres e da classe trabalhadora são tratadas com pouco caso e com preconceito quando recorrem à polícia.

Mais delegacias especializadas poderiam fornecer a uma mulher trabalhadora proteção apenas em certo nível *individual* e *momentâneo/imediato*. Mas a tarefa principal dessa polícia permaneceria oposta aos interesses das mulheres trabalhadoras. A expansão dessas delegacias (que é o que demanda o PSTU) teria um alto custo para as lutas da classe trabalhadora: haveria mais policiais prontos para atuar em ações de repressão. É inadmissível que um partido que se diz trotskista acredite que mais polícia nas ruas significa um avanço na luta contra o machismo. Se acreditamos que o principal sustentáculo do machismo é o sistema capitalista, nenhum fortalecimento no poder armado desse sistema pode avançar a luta contra a opressão à mulher.

Gostaríamos de chamar as companheiras e companheiros do PSTU a uma reflexão. Esses mesmos policiais da "delegacia da mulher", que podem vir a oferecer algum tipo de proteção ocasional a uma mulher oprimida, estariam com toda certeza aptos a participarem de ataques contra o movimento de massas, incluindo lutas diretamente ligadas à emancipação das mulheres (indo de lutas pela legalização do aborto a lutas pela separação entre Estado e igrejas).

Com seu treinamento e equipamento, eles estariam a postos para reprimir protestos de rua, greves e ações radicalizadas sempre que necessário. Como companheiras do PSTU, que frequentemente tomam parte em ações como essas (e frequentemente sofrem repressão pela polícia) podem "se sentir mais seguras" sabendo que há mais delegacias, policiais e equipamentos de coerção a disposição do Estado burguês?

***

Cyro Garcia também disse em sua intervenção que nossa posição de ser contra a proliferação de "delegacias da mulher" é o mesmo que ser contra as leis que combatam o machismo e a homofobia, deixando a entender que não faz o menor sentido sermos contra a "aplicação" das leis de proteção à mulher, como a Lei Maria da Penha.

Em primeiro lugar, nós defendemos as legislações que criminalizem ataques homofóbicos e machistas. Por volta de um ano atrás, distribuímos um panfleto para cerca de cem pessoas presentes em uma plenária estadual da ANEL-RJ (dentre os quais muitos eram militantes da juventude do PSTU) e no qual tal questão estava incluída. Um dos pontos do panfleto explicava claramente nossa posição de apoio a essas leis, ao mesmo tempo em que explicávamos que sua aprovação não vai resolver definitivamente o problema.

> "Outro ponto problemático é a insuficiência da defesa da lei que criminalizaria a homofobia (PLC 122). Embora a lei possa representar um avanço, ela seria aplicada pelo mesmo Estado burguês homofóbico, e não resolveria o problema. Por isso, ao lado de defender essa bandeira, que é a obrigação da ANEL, a entidade também deveria defender a formação de comitês de estudantes e trabalhadores nas universidades e escolas para vigilantemente defender os GLBT contra a opressão e ataques. Isso também iria mostrar que os GLBTs não precisam depender da polícia (que frequentemente também é bastante homofóbica) para se defenderem. Mas esta demanda fundamental está ausente da propaganda da Direção Majoritária da ANEL, assim como da sua prática."
>
> ***— Polêmica com a Direção Majoritária da ANEL***, 21 de março de 2012. Disponível em: http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/03/polemica-com-direcao-majoritaria-da.html

As leis de proteção contra a violência à mulher ou aos homossexuais não nos dão nenhuma garantia, mas elas podem ajudar a inibir opressores individuais, e fornecem um forte argumento legal em casos de agressão. Mas não daremos aos capangas armados da burguesia nenhuma legitimidade para expandir suas forças sob a desculpa de que querem "defender as mulheres" ou "aplicar a Lei Maria da Penha". E muito menos *pedimos* por tal expansão. Acreditamos que a defesa das mulheres só será realmente efetiva quando os movimentos sociais em massa tomarem para si essa tarefa. A força organizada do proletariado é a única que possui, ao mesmo tempo, o interesse objetivo e a capacidade de proteger as mulheres e combater todas as outras formas de opressão sofridas pelos trabalhadores.

***

A posição do PSTU encontra contradições dentro das suas próprias formulações. O PSTU se opõe, por exemplo, à instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas cariocas. O partido aponta que é uma mentira que tais unidades policiais estão lá para proteger a população contra as organizações traficantes ou contra a criminalidade em geral:

> "Longe de ser uma medida contra o crime e em favor das populações pobres, a política de ocupação militar das comunidades do Rio faz parte de uma estratégia de militarização das favelas e de criminalização da pobreza, com o único objetivo de controlar aquelas áreas para garantir a tranquilidade para a Copa e os Jogos Olímpicos. A população carente continuará no fogo cruzado entre traficantes e a polícia, enquanto lhes são negados serviços básicos como saúde, educação, saneamento e a mais básica infraestrutura urbana."
> ***— Ocupação da Rocinha pela polícia não vai resolver o problema da segurança***, 16 de novembro de 2011.

Mas o que acontece com esse discurso no caso das "delegacias das mulheres"? Sabemos que as duas questões não são exatamente a mesma coisa. Mas será que o mesmo Estado burguês que usa o "combate ao crime" como mero pretexto para instalar unidades policiais nas favelas poderia, ao instalar mais "delegacias da mulher", estar sendo verdadeiro quando diz fazer isso para "proteger as mulheres contra a violência"? O apoio do PSTU a essa demanda deixa a entender que sim.

Vamos levar essa analogia ainda mais além. É possível que um policial impeça um crime comum em uma favela. Esse evento, que nada teria a ver com os motivos determinantes da sua presença ali, não faz com que mudemos nossa atitude de denunciar a UPP como um aparato racista de defesa dos interesses de exploração dos trabalhadores das favelas (majoritariamente negros) e de criminalização da pobreza.

Pensemos, por exemplo, no caso do Haiti. Não é possível negar que as tropas brasileiras que invadiram o país em 2008 a convite do imperialismo podem, em algum momento, ter prestado eventualmente algum tipo de papel mínimo em realizar resgates de pessoas da catástrofe decorrente do terremoto de 2010. Essas tropas também podem ter feito distribuição de alimentos, de remédios, etc. Porém, essencialmente elas atuam na repressão do povo haitiano, no controle imperialista sobre o país e, em última instância, sua ocupação atrapalha o desenvolvimento político do proletariado Haitiano. As tropas brasileiras reprimem os trabalhadores famintos que, em atitude de desespero, saqueiam os supermercados, por exemplo. Jogam bombas nos estudantes que protestam na Universidade de Estado do Haiti. Recebem com tiros e cassetetes os trabalhadores da organização sindical Batay Ouvriye, quando estes saem às ruas para lutar por uma vida minimamente digna.

Se olharmos para a realidade como um todo, e não para casos isolados, o papel dessas tropas só pode ser considerado *reacionário*. E, por tudo isso, o PSTU demanda (com razão) a retirada das tropas brasileiras do Haiti, reconhecendo o papel nefasto que eles cumprem na luta de classes daquele país – independente de uma ajuda pontualmente prestada. Defendemos remédios, alimentos, médicos e todo auxílio possível ao Haiti. Mas não vamos chamar pelo reforço das tropas imperialistas sob o argumento de que são elas que vão suprir esse auxílio. Pelo contrário, somos por sua expulsão pelas massas haitianas! **[2]**

Será que não falta um pouco de coerência aqui? Por mais que "delegacias da mulher" possam prestar algum atendimento *pontual* e *individual* a mulheres trabalhadoras, elas fazem parte da mesma estrutura social repressora que ataca brutalmente os protestos do proletariado e dos oprimidos, inclusive as mulheres. Chamar por mais "delegacias da mulher" significa chamar pela expansão dessa mesma estrutura.

Nós certamente defendemos a expansão de casas de abrigo, do atendimento médico e psicológico gratuito e de qualidade para as mulheres vítimas de violência e outras medidas que o Estado seja forçado a garantir. Mas pedir por mais delegacias, por mais que pudesse representar algum auxílio individual a algumas mulheres, entra em contradição e cria mais obstáculos para uma luta consequente pela emancipação feminina, a qual exige lutar contra o capitalismo. Sustentamos o que dissemos no dia da atividade do PSTU: "Ao propor um reforço do Estado burguês e ao apresentar um crescimento de delegacias e policiais como se fosse algo bom para as proletárias, o PSTU está prestando um desserviço à causa da emancipação da mulher trabalhadora".

NOTAS

[1] Para um debate com o PSTU sobre o caráter de classe da polícia, sugerimos o artigo "O Vermelho Deles e o Nosso", de agosto de 2011.

[2] Para um debate mais profundo sobre o Haiti, sugerimos o artigo "A Liga Espartaquista *apoia* as tropas americanas no Haiti!", de fevereiro de 2010. ☭

Durante as eleições municipais de 2012, os candidatos da frente PSTU-Construção Socialista em Porto Alegre fizeram um ato-visita à uma delegacia da mulher, localizada no centro da cidade. Ao invés de denunciarem o papel repressor e o caráter machista da polícia burguesa, os candidatos conversaram com os "trabalhadores fardados" e exigiram que mais unidades fossem criadas. [erico16.blogspot.com.br]

O Comunismo e a Família

Escrito pela dirigente bolchevique Alexandra Kollontai e originalmente publicado em Komunistka n. 2*, 1920. A versão aqui reproduzida foi copiada de marxists.org.*

A mulher já não depende do homem

A família será mantida em um Estado comunista? Persistirá na mesma forma atual? São estas questões que atormentam, nesse momento, à mulher trabalhadora e a seus companheiros, os homens.

Não devemos achar estranho que nesses últimos tempos este problema perturbe a mente das mulheres trabalhadoras. A vida muda continuamente diante de nossos olhos; antigos hábitos e costumes desaparecem pouco a pouco. Toda a existência da família proletária se modifica e se organiza de uma forma tão nova, tão fora do comum, tão estranha, como nunca podemos imaginar.

E uma das coisas que mais causa perplexidade na mulher, nesses momentos, é a maneira como foi facilitado o divórcio.

De fato, em virtude do decreto do Comissario do Povo de 18 de dezembro de 1917, o divórcio deixou de ser um privilégio acessível somente aos ricos; de agora em diante, a mulher trabalhadora não terá que esperar meses e, inclusive, até anos para que seja julgado seu pedido de separação matrimonial que dê a ela o direito de separar-se de um marido alcoólatra ou violento, acostumado a espancá-la. De agora em diante poderá se obter o divórcio amigavelmente dentro do período de uma ou duas semanas, no máximo.

Porém, é precisamente esta facilidade para obter o divórcio, fonte de tantas esperanças para as mulheres que são desgraçadas em seu matrimônio, o que assusta outras mulheres, particularmente aquelas que consideram o marido como o "provedor" da família, como o único sustento da vida, a essas mulheres que não compreendem que devem acostumar-se a buscar e a encontrar esse sustento em outro lugar, não na pessoa do homem, mas sim na pessoa da sociedade, do estado.

Da família gentílica aos nossos dias

Não há nenhuma razão para nos enganarmos: a família normal dos tempos passados na qual o homem era tudo e a mulher era nada - posto que não tinha vontade própria, nem tempo do qual dispor livremente -, este tipo de família sofre modificações dia a dia, e atualmente é quase uma coisa do passado, o qual não deve nos assustar.

Seja por erro ou ignorância, estamos dispostos a crer que tudo o que nos rodeia deve permanecer imutável, enquanto tudo o mais muda. *Sempre foi assim e sempre será.* Esta afirmação é um erro profundo.

Para nos dar conta de sua falsidade, não precisamos mais que observar como viviam os povos do passado e, imediatamente, vemos como tudo está sujeito à mudança e como não há costumes, nem organizações políticas, nem moral que permaneçam fixas e invioláveis.

Assim, portanto, a família tem mudado frequentemente de forma nas diversas épocas da vida da humanidade.

Houve épocas em que a família foi completamente diferente de como estamos acostumados a admiti-la. Houve um tempo em que a única forma de família que se considerava normal era a chamada família *genésica*, aquela em que a cabeça da família era a mãe anciã, em torno da qual se agrupavam, na vida e no trabalho comum, os filhos, netos e bisnetos.

A família patriarcal foi em outros tempos considerada também como a única forma possível de família, presidida por um pai amo, cuja vontade era lei para todos os demais membros da família. Ainda em nossos tempos se pode encontrar nas aldeias russas, famílias camponesas deste tipo. Na realidade, podemos afirmar que nesses locais a moral e as leis que regem a vida familiar são completamente diferentes das que regulamentam a vida da família do operário da cidade. No campo existem todavia, grande número de costumes que já não é possível encontrar na família da cidade proletária.

O tipo de família, seus costumes, etc., variam segundo as raças. Há povos, como por exemplo os turcos, árabes e persas, entre os quais a lei autoriza o marido a ter várias mulheres. Existiram e todavia se encontram tribos que toleram o costume contrário, quer dizer, que a mulher tenha vários maridos.

A moral a serviço do homem atual o autoriza exigir das jovens a virgindade até seu casamento legítimo. Porém, não obstante, há tribos em que ocorreu o contrário: a mulher tem orgulho de ter tido muitos amantes e enfeita braços e pernas com braceletes que indicam o número...

Diversos costumes, que a nós nos surpreendem, hábitos que podemos, inclusive, qualificar de imorais, outros povos o praticam, como a *sanção divina*, enquanto que, por sua parte, qualificam de "pecaminosos" muitos de nossos costumes e leis.

Portanto, não há nenhuma razão para que nos aterrorizemos diante do fato de que a família sofra uma mudança, porque gradualmente se descartem vestígios do passado vividos até agora, nem porque se implantam novas relações entre o homem e a mulher. Não temos mais que nos perguntar: "o que morreu em nossos velho sistema familiar e que relações há entre o homem trabalhador e a mulher trabalhadora, entre o camponês e a camponesa?"

Quais de seus respectivos direitos e deveres se encaixam melhor nas condições de vida da nova Rússia? Tudo o que seja compatível com o novo estado de coisas se manterá; o restante, toda essa bagagem antiquada que herdamos da maldita época de servidão e dominação, que era a característica dos latifundiários e capitalistas, tudo isso terá que ser varrido juntamente com a mesma classe exploradora, com esses inimigos do proletariado e dos

pobres.

O capitalismo destruiu a velha vida familiar

A família, em sua forma atual, não é mais que uma das tantas heranças do passado. Solidamente unida, compacta em si mesma em seus começos e indissolúvel - tal era o caráter do matrimônio santificado pelo sacerdote, a família era igualmente necessária para cada um de seus membros. Porque, quem trataria de criar, vestir e educar os filhos se não fosse a família? Quem os guiaria na vida? Triste sorte a dos órfãos naqueles tempos; era o pior destino que alguém poderia ter.

No tipo de família a que estamos acostumados, o marido é quem ganha o sustento, que mantém a mulher e os filhos. A mulher, por sua parte, se ocupa dos afazeres domésticos e de criar os filhos.

Porém, desde há um século, esta forma corrente de família experimentou uma destruição progressiva em todos os países do mundo, nos que o capitalismo domina, naqueles países em que o número de fábricas cresce rapidamente, juntamente com outras empresas capitalistas que empregam trabalhadores.

Os costumes e a moral familiar se formam simultaneamente como consequência das condições gerais da vida que rodeia a família. O que mais contribuiu para que se modificassem os costumes familiares de uma maneira radical foi, indiscutivelmente, a enorme expansão que adquiriu por toda parte o trabalho assalariado da mulher. Anteriormente, o homem era a única possibilidade de sustento da família. Porém, desde os últimos cinquenta ou sessenta anos, temos visto na Rússia (com anterioridade em outros países) que o regime capitalista obriga as mulheres a buscar trabalho remunerado fora da família, fora de casa.

Trinta milhões de mulheres suportam uma carga dupla

Como o salário do homem, a base do sustento da família, era insuficiente para cobrir as necessidades da mesma, a mulher se viu obrigada a procurar trabalho remunerado; a mãe teve que ir também à porta da fábrica. Ano a ano, dia a dia, foi crescendo o número de mulheres pertencentes à classe trabalhadora que abandonavam suas casas para engrossar as fileiras das fábricas, trabalhando como operárias, vendedoras, funcionárias, lavadeiras ou empregadas.

Segundo cálculos de antes da Grande Guerra, nos países da Europa e América, chegava a sessenta milhões o número de mulheres que ganhavam a vida com seu trabalho. Durante a guerra esse número aumentou consideravelmente.

A imensa maioria dessas mulheres estavam casadas; fácil é imaginarmos a vida familiar que podiam desfrutar. Que vida familiar pode existir onde a esposa e mãe está fora de casa durante oito horas diárias, dez, melhor dizendo (contando a viagem de ia e volta)? A casa fica, necessariamente, descuidada; os filhos crescem sem nenhum cuidado maternal, abandonados a si mesmo em meio aos perigos da rual, na qual passam a maior parte do tempo.

A mulher casada, a mãe que é operária, sua sangue para cumprir com três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre ela: dispor das horas necessárias para o trabalho, o mesmo que faz seu marido, em alguma indústria ou estabelecimento comercial; dedicar-se depois, da melhor forma possível, aos afazeres domésticos e, por último, cuidar de seus filhos.

O capitalismo carregou para sobre os ombros da mulher trabalhadora um que a esmaga; a converteu em operária, sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe.

Portanto, a mulher se esgota como consequência dessa tripla e insuportável carga que com frequência expressa com gritos de dor e lágrimas.

Os cuidados e as preocupações sempre foram o destino da mulher; porém sua vida nunca foi mais desgraçada, mais desesperada que sob o sistema capitalista, logo quando a indústria atravessa um período de máxima expansão.

Os trabalhadores aprendem a existir sem vida familiar

Quanto mais se estende o trabalho assalariado da mulher, mais aumenta a decomposição da família. Que vida familiar pode haver onde o homem e a mulher trabalham na fábrica, em seções diferentes, se a mulher não dispõe nem sequer do tempo necessário para para preparar uma comida razoavelmente boa para seus filhos?! Que vida familiar pode ser a de uma família em que o pai e a mãe passam fora de casa a maior parte das vinte e quatro horas do dia, voltados a um duro trabalho que os impede de dedicar uns poucos minutos a seus filhos?!

Em épocas anteriores, era completamente diferente. A mãe, a dona de casa, permanecia em casa, se ocupava das tarefas domésticas e de seus filhos, aos quais não deixava de observar, sempre vigilante.

Hoje em dia, desde as primeiras horas da manhã, até soar a sirene da fábrica, a mulher trabalhadora corre apressada para chegar a seu trabalho; à noite, de novo, ao soar a sirene, volta correndo à casa para preparar a sopa e cuidar dos afazeres domésticos indispensáveis. Na manhã seguinte, depois de breves horas de sono, começa novamente para a mulher sua pesada carga. Não pode, portanto, surpreender-nos o fato de que, devido a essas condições de vida, se desfaçam os laços familiares e a família se dissolva cada dia mais. Pouco a pouco vai desaparecendo tudo aquilo que convertia a família em um todo sólido, tudo aquilo que constituía suas bases de apoio, a família é cada vez menos necessária a seus próprios membros e ao estado. As velhas formas familiares se convertem em um obstáculo.

Em que consistia a força da família nos tempos passados? Em primeiro lugar, no fato de que era o marido, o pai, quem mantinha a família; em segundo lugar, o lar

era algo igualmente necessário a todos os membros da família e em terceiro e último lugar, poque os filhos eram educados pelos pais.

O que fica atualmente disso tudo? O marido, como vimos, deixou de ser o sustento único da família. A mulher, que vai trabalhar, se converteu, nesse sentido, igual a seu marido. Fica todavia, não obstante, a função da família de criar e manter seus filhos enquanto são pequenos. Vejamos agora, na realidade, o que sobra dessa obrigação.

O trabalho caseiro não é mais uma necessidade

Houve um tempo em que a mulher da classe pobre, tanto na cidade como no campo, passava sua vida no seio da família. A mulher não sabia nada do que acontecia pra lá da porta de sua casa e é quase certo que tampouco desejava saber. Em compensação, tinha dentro de sua casa as mais variadas ocupações, todas úteis e necessárias, não só para a vida da família em si, mas também para a de todo o Estado.

A mulher fazia, é certo, tudo o que hoje faz qualquer mulher operária ou camponesa. Cozinhava, lavava, limpava a casa e passava a roupa da família. Porém não fazia isso sozinha. Tinha uma série de obrigações que já não têm as mulheres de nosso tempo: manipulava a lã e o linho, tecia as telas e os adornos e se dedicava, na medida das possibilidades familiares, às tarefas de conservação de carnes e demais alimentos; destilava as bebidas da família e inclusive modelava velas para a casa

Quão diversas eram as tarefas da mulher nos tempos passados! Assim passaram a vida nossas mães e avós. Ainda em nossos dias, nas aldeias mais remotas, em pleno campo, sem contato com as linhas de trem ou longe dos grandes rios, pode-se encontrar pequenos núcleos onde se conserva, todavia, sem modificação alguma, este modo de vida dos bons tempos do passado, em que a dona de casa realizava uma série de trabalhos dos quais a mulher trabalhadora das grandes cidades ou das regiões de grande população industrial não tem noção, desde há muito tempo.

O trabalho industrial da mulher no lar

Nos tempos de nossas avós eram absolutamente necessários e úteis os trabalhos domésticos da mulher, do que dependia o bem-estar da família. Quanto mais de dedicava a dona de casa a essas tarefas, melhor era a vida no lar, mais ordem e abundância se refletiam na casa. Até o próprio Estado podia se beneficiar bastante das atividades da mulher enquanto dona de casa. Porque, na realidade, a mulher de outros tempos não se limitava a preparar purês para ela ou sua família, suas mãos produziam muitos outros produtos de riqueza como telas, linho, manteiga, etc., coisas que podiam ser levadas ao mercado e ser consideradas como mercadorias, como coisas de valor.

É certo que nos tempos de nossas avós e bisavós o trabalho não era avaliado em dinheiro. Porém não havia nenhum homem, fosse camponês ou operário, que não buscasse como companheira uma mulher com "mãos de ouro", frase proverbial no meio do povo.

Porque só os recursos do homem, sem o trabalho doméstico da mulher, não bastavam para manter o lar.

No que diz respeito aos bens do estado, aos interesses da nação, coincidiam com os do marido; quanto mais trabalhadora era a mulher no seio da família, mais produtos de todos tipos se produzia: telas, couros, lã, cujo excedente podia ser vendido no mercado das redondezas; consequentemente, a dona de casa contribuía para aumentar em seu conjunto a prosperidade econômica do país.

A mulher casada e a fábrica

O capitalismo modificou totalmente esse antigo modo de vida. Tudo o que antes se produzia no seio da família, se fabrica agora em grandes quantidades nas fábricas. A máquina substituiu os ágeis dedos da dona de casa. Que mulher trabalharia hoje modelando velas ou manipulando tecidos? Todos esses produtos podem ser adquiridos na venda mais próxima. Antes, todas as garotas tinham que aprender a tecer suas roupas. É possível encontrar em nossos tempos uma jovem operária que faça suas roupas? Em primeiro lugar, carece do tempo necessário para tal. O tempo é dinheiro e não há ninguém que queira perdê-lo de uma maneira improdutiva, quer dizer, sem obter nenhum proveito. Atualmente, toda a mulher operária prefere comprar suas roupas a perder tempo fazendo-as.

Poucas mulheres trabalhadoras, e só em casos isolados, podemos encontrar hoje em dia que preparem as conservas para a família quando a é que na venda de comestíveis ao lado de sua casa pode comprá-las perfeitamente preparadas. Ainda no caso de que o produto vendido no estabelecimento comercial seja de uma qualidade inferior, ou que não seja tão bom como o que possa fazer uma dona de casa em seu lar, a mulher trabalhadora não tem tempo nem energias para dedicar-se a todas as operações que um tipo de trabalho desse requer.

A realidade, portanto, é que a família contemporânea se torna cada vez mais independente de todos aqueles trabalhos domésticos sem cuja preocupação não poderia se poderia conceber a vida familiar de nossas avós.

O que se produzia anteriormente no seio da família se produz atualmente com o trabalho comum de homens e mulheres trabalhadores nas fábricas.

Os afazeres individuais estão fadados a desaparecer

A família atualmente consome sem produzir. As tarefas essenciais da dona de casa se reduziram a quatro: limpeza (do chão, dos móveis, etc.), preparação da comida, lavar a roupa e as vestimentas da família.

Esses trabalhos são esgotantes. Consomem todas as energias e todo o tempo da mulher trabalhadora que, além do mais, tem que trabalhar em uma fábrica.

É certo que os afazeres individuais de nossas avós compreendiam muito mais operações, porém, não obstante, estavam dotados de uma qualidade de que carece os trabalhos domésticos da mulher operária de nossos dias; estes perderam sua qualidade de trabalhos úteis ao

estado do ponto de vista da economia nacional, porque são trabalhos com os que não se criam novos valores. Com eles não se contribui para a prosperidade do país.

É em vão que a mulher trabalhadora passe o dia desde a manhã até a noite limpando sua casa, lavando e tingindo a roupa, consumindo suas energias para conservar as roupas em ordem, matando-se para preparar com seus modestos recursos a melhor comida possível, porque quando termina o dia não ficará, apesar de seus esforços, um resultado material de todo seu trabalho diário; com suas mãos infatigáveis não haverá criado em todo o dia nada que possa ser considerado como uma mercadoria no mercado comercial. Mil anos que vivesse, tudo seguiria igual para a mulher trabalhadora. Todas as manhãs haveria tirar a poeira da cômoda; o marido viria com vontade de jantar a noite e seus filhos voltariam sempre pra casa com os sapatos cheios de barro... O trabalho da dona de casa tem a cada dia menos utilidade, é cada vez mais improdutivo.

A aurora do trabalho caseiro coletivo

Os trabalhos domésticos em forma individual começaram a desaparecer e dia a dia vão sendo substituídos pelo trabalho caseiro coletivo e chegará um dia, mais cedo ou mais tarde, ao ponto que a mulher trabalhadora não terá que ocupar-se de seu próprio lar.

Na Sociedade Comunista de amanhã, esses trabalhos serão realizados por uma categoria especial de mulheres trabalhadoras dedicadas unicamente a essas ocupações.

As mulheres dos ricos, já faz muito tempo, vivem livres dessas desagradáveis e fatigosas tarefas. Porque a mulher trabalhadora tem que continuar com essa pesada carga?

Na Rússia Soviética, a vida da mulher trabalhadora deve estar rodeada das mesmas comodidades, a mesma limpeza, a mesma higiene, a mesma beleza que até agora constituía o ambiente das mulheres pertencentes às classes endinheiradas. Em uma sociedade comunista a mulher trabalhadora não terá que passar suas escassas horas de descanso na cozinha, porque nela existiriam restaurantes públicos e cozinhas centrais nos quais poderá comer todo mundo.

Está crescendo o número de estabelecimentos desse tipo em todos os países, inclusive os capitalistas. Na realidade, se pode dizer que desde há meio século aumentam a cada dia em todas as cidades da Europa; crescem como cogumelos depois da chuva de outono. Porém, enquanto sob o sistema capitalista, somente pessoas com bolsas bem cheias podem permitir-se ao gosto de comer nos restaurantes, em uma cidade comunista estarão ao alcance de todo mundo.

O mesmo se pode dizer da lavagem de roupa e demais trabalhos caseiros. A mulher trabalhadora não terá que se sufocar em um oceano de sujeira nem estragar a vista remendando e costurando a roupa à noite. Não terá mais que levá-la, cada semana, às lavanderias centrais para ir buscá-la depois lavada. Desse modo, a mulher trabalhadora terá uma preocupação a menos.

A organização de locais especiais para passar e remendar a roupa oferecerão à mulher trabalhadora a oportunidade de dedicar-se às noites a leituras instrutivas, a distrações saudáveis, ao invés de passá-las como até agora em tarefas esgotantes.

Portanto, vemos que as quatro últimas tarefas domésticas que ainda pesam sobre a mulher de nossos tempos desaparecerão com o triunfo do comunismo.

Não terá do que reclamar a mulher operária, porque a sociedade comunista haverá acabado com o jugo doméstico da mulher para fazer sua vida mais alegre, mais rica, mais livre e mais completa.

A criação dos filhos no sistema capitalista

Que sobrará da família quando desaparecerem todos as tarefas do trabalho caseiro individual? Teremos que lidar com o problema dos filhos. Porém, no que se refere a essa questão, o Estados dos Trabalhadores acudirá em auxílio a família, substituindo-a, gradualmente, a sociedade tomará conta de todas aquelas obrigações que antes recaíam sobre os pais.

Sob o sistema capitalista, a instrução dos filhos deixou de ser uma obrigação dos pais. O filho aprende na escola. E quando o filho entra na idade escolar, os pais respiram aliviados. Quando chega esse momento, o desenvolvimento intelectual da criança deixa de ser um assunto de sua incumbência.

Não obstante, com isso não terminavam todas as obrigações da família a respeito da criança. Ainda subsistia a obrigação de alimentar o filho, calçar-lhe, vestir-lhe, convertê-lo em operário direito e honesto para que, com o tempo, pude-se sobreviver por contra própria e ajudar seus pais quando estes se tornassem velhos.

Porém, o mais comum era, não obstante, que a família operária não pudesse quase nunca cumprir inteiramente estas obrigações relacionadas a seus filhos. O reduzido salário de que depende a família operária não lhe permite nem se quer dar a seus filhos o suficiente para comer, enquanto que o excessivo trabalho que pesa sobre os pais lhes impede de dedicar à educação da jovem geração toda a atenção que exige essa tarefa. Se dava por certo que a família se ocupava da criação dos filhos. Porém, o fazia na realidade? Mais justo seria dizer que é na rua onde se criam os filhos do proletariado. Os filhos da classe trabalhadora desconhecem as satisfações da vida familiar, prazeres dos quais participamos nós com nossos pais.

Porém, além do mais, temos que levar em conta que a redução dos salários, a insegurança no trabalho e até a fome convertem, frequentemente, o garoto de 10 anos em um operário independente. Desde este momento, tão logo o filho (seja menino ou menina) começa a ganhar um salário, se considera dono de sua pessoa até o ponto que as palavras e os conselhos de seus pais deixam de causar-lhe a menor impressão, quer dizer, se debilita a autoridade dos pais e termina a obediência.

A medida que vão desaparecendo um a um os trabalhos domésticos da família, todas as obrigações de

sustento e criação dos filhos são desempenhadas pela sociedade ao invés de pelos pais. Sob o sistema capitalista, os filhos eram, com demasiada frequência, na família proletária, uma carga pesada e insustentável.

Os filhos e o Estado Comunista

Nesse aspecto, a Sociedade Comunista também sairá em auxílio dos pais. Na Rússia Soviética se empreendeu, graças aos Comissariados de Educação Pública e Bem-estar Social, grandes avanços. Se pode dizer que neste aspecto já se fez muitas coisas para facilitar a tarefa da família de criar e manter seus filhos.

Já existem casas para as crianças em fase de amamentação, creches, jardins de infância, colônias e lares para crianças, enfermarias e postos de saúde para os doentes ou que precisam de cuidado especial, restaurantes, refeitórios gratuitos para os estudantes nas escolas, livros de estudo gratuitos, roupas e calçado para as crianças dos estabelecimentos de ensino. Tudo isso não demonstra suficientemente que a criança sai do marco estreito da família, passando o peso de sua criação e educação dos pais à coletividade?

Os cuidados dos pais a respeito dos filhos podem classificar-se em três grupos: 1º, cuidados que os filhos precisam imprescindivelmente nos primeiros tempos de sua vida; 2º, os cuidados que exige a criação do filho, e 3º, os cuidados que exige a educação do filho.

No que diz respeito à instrução dos filhos, em escolas primárias, institutos e universidades, já se converteu em uma obrigação do estado, inclusive na sociedade capitalista.

Por outro lado, as ocupações da classe trabalhadora, as condições de vida, obrigam, inclusive na sociedade capitalista, à criação de locais de lazer, creches, asilos, etc. Quanto mais consciência tenha a classe trabalhadora de seus direitos, quanto melhor estiverem organizados em qualquer estado específico, tanto mais interesse terá a sociedade no problema de aliviar a família do cuidado dos filhos.

Porém a sociedade burguesa tem medo de ir demasiado longe no que diz respeito a considerar os interesses da classe trabalhadora, e muito mais se contribui para a desintegração da família.

Os capitalistas se dão conta, perfeitamente, de que o velho tipo de família, em que a esposa é uma escrava e o homem o responsável pelo sustento e bem-estar da família, de que uma família desse tipo é a melhor arma para afogar os esforços do proletariado pela sua libertação, para debilitar o espírito revolucionário do homem e da mulher proletários. A preocupação pela qual pode passar a sua família priva o operário de toda sua firmeza, lhe obriga a transigir com o capital.-Que nos farão os proletários quando seus filhos tiverem fome?

Contrariamente ao que acontece na sociedade capitalista que não foi capaz de transformar a educação da juventude em uma verdadeira função social, em uma obra do Estado, a Sociedade Comunista considerará como base real de suas leis e costumes, como a primeira pedra do novo edifício, a educação social da geração nascente.

Não será a família do passado, mesquinha e estreita, com brigas entre os pais, com seus interesses exclusivistas para os filhos a que moldará o homem da sociedade de amanhã.

O homem novo, de nossa nova sociedade, será modelado pelas organizações socialistas, jardins infantis, residências,creches para as crianças, etc, e muitas outras instituições desse tipos nas que a criança passará a maior parte do dia e nas que educadores inteligentes o converterão em um comunista consciente da magnitude dessa inviolável divisa: solidariedade, camaradagem, ajuda mútua e devoção à vida coletiva.

A sobrevivência da mãe assegurada

Vemos agora, uma vez que não se precisa atender à criação e educação dos filhos, que é o que ficará das obrigações da família com respeito a seus filhos, particularmente depois que haja sido aliviada da maior parte dos cuidados materiais que trazem consigo o nascimento de um filho, ou seja, à exceção dos cuidados que exige um filho recém nascido quando ainda necessita de atenção de sua mãe, enquanto aprende a andar, agarrando-se às roupas de sua mãe. Nisso também o Estado Comunista sai em auxílio da mãe trabalhadora. Já não existirá a mãe oprimida com um bebê nos braços. O Estado dos Trabalhadores se encarregará da obrigação de assegurar a subsistência a todas as mães, estejam ou não legitimamente casadas, desde que amamente seu filho; instalará por todas parte casas de maternidade, organizará em todas as cidades e em todos os povos creches e instituições semelhantes para que a mulher possa ser útil trabalhando para o Estado enquanto, ao mesmo tempo, cumpre suas funções de mãe.

O matrimônio deixará de ser uma cadeia

As mães operárias não têm porque alarmarem-se. A sociedade comunista não pretende separar os filhos dos pais, nem arrancar o recém-nascido do peito de sua mãe. Não existe a menor intenção de recorrer à violência para destruir a família como tal. Nada disso. Essas não são as aspirações da sociedade comunista.

O que presenciamos hoje? Pois que se rompem os laços da desgastada família. Esta, gradualmente, vai se libertando de todos os trabalhos domésticos que anteriormente eram outros tantos pilares que sustentavam a família como um todo social. Os cuidados da limpeza, etc., da casa? Também parece que demonstrou sua inutilidade. Os filhos? Os pais proletários já não podem atender a seus cuidados; não podem assegurar nem sua sobrevivência nem sua educação.

Esta é a situação real cujas consequências sofrem igualmente os pais e os filhos.

Portanto, a Sociedade Comunista se aproximará do homem e da mulher proletários para dizer-lhes:”Sois jovens e se amam”. Todos têm o direito à felicidade. Por isso devem viver vossa vida. Não tenham medo do

matrimônio, já não é mais uma cadeia para o homem e a mulher da classe trabalhadora. E, sobretudo, não tenham medo, sendo jovens e saudáveis, de dar a vosso país novos operários, novos cidadãos. A sociedade dos trabalhadores necessita de novas forças de trabalho; saúda a chegada de cada recém-nascido ao mundo. Tão pouco temam pelo futuro de vosso filho; ele não conhecerá a fome nem o frio. Não será desgraçado, nem ficará abandonado a sua sorte como acontecia na sociedade capitalista. Tão pronto ele chegue ao mundo, o Estado dos trabalhadores, a Sociedade Comunista, assegurará ao filho e à mãe alimentação e cuidados solícitos. A pátria comunista alimentará, criará e educará o filho. Porém essa pátria não tentará, de modo algum, arrancar o filho dos pais que queiram participar na educação de seus pequenos. A Sociedade Comunista tomará como todas as obrigações da educação do filho, porém, nunca despojará das alegrias paternais, das satisfações maternais a aqueles que sejam capazes de apreciar e compreender essas alegrias. Se pode, portanto, chamar isso de destruição da família por violência ou separação a força da mãe e o filho?

A família como união de afetos e camaradagem

Há algo que não se pode negar, o fato de que há chegado a hora do velho tipo de família. A culpa disso não é do comunismo: é o resultado da mudança experimentada pelas condições de vida. A família deixou de ser uma necessidade para o Estado como ocorria no passado.

Todo o contrário resulta em algo pior que inútil, posto que sem necessidade impede que as mulheres trabalhadoras possam realizar um trabalho muito mais produtivo e muito mais importante. Tampouco é necessária a família aos seus membros, posto que a tarefa de criar os filhos, que antes lhe pertencia por completo, passa cada vez mais às mãos da coletividade.

Sobre as ruínas da velha vida familiar, veremos ressurgir uma nova forma de família que suporá relações completamente diferentes entre o homem e a mulher, baseadas em uma união de afetos e camaradagem, em uma união de pessoas iguais na sociedade comunista, as duas livres, as duas independentes, as duas operárias. Não mais "servidão" doméstica para a mulher! Não mais desigualdade no seio da família!

A mulher, na Sociedade Comunista, não dependerá de seu marido, seus robustos braços serão o que proporcionará a ela seu sustento. Se acabará com a incerteza sobre a sorte dos filhos. O Estado Comunista assumirá todas essas responsabilidades. O matrimônio ficará purificado de todos seus elementos materiais, de todos os cálculos de dinheiros que constituem a repugnante mancha da vida familiar de nosso tempo. O matrimônio se transformará de agora em diante na união sublime de duas almas que se amam, que se professem fé mútua. Uma união desse tipo promete a todo operário, a toda operária, a mais completa felicidade, o máximo de satisfação que pode caber a criaturas consciente de si mesmas e da vida que a rodeia.

Esta união livre, forte no sentimento de camaradagem em que está inspirada, em vez de escravidão conjugal do passado, é o que a sociedade comunista de amanhã oferecerá a homens e mulheres.

Uma vezes que tenham sido transformadas as condições de trabalho, uma vez que tenha-se aumentado a segurança material da mulher trabalhadora, uma que tenha desaparecido o matrimônio tal como consagrava a Igreja - isso é, o chamado matrimônio indissolúvel, que no fundo não era mais que uma mera fraude-, uma vez que esse matrimônio seja substituído pela união livre e honesta de homens e mulheres que se amam e são camaradas, haverá começado a desaparecer outra calamidade horrorosa que mancha a humanidade e cujo peso recai por inteiro sobre a fome da mulher trabalhadora: a prostituição.

Se acabará para sempre a prostituição

Essa vergonha se deve ao sistema econômico hoje em vigor, à existência da propriedade privada. Uma vez desaparecida a propriedade privada, desaparecerá automaticamente o comércio da mulher.

Portanto, a mulher trabalhadora deve deixar de se preocupar com o fato de que a família tal como está constituída hoje está fadada ao desaparecimento. Seria muito melhor saudar com alegria a aurora de uma nova sociedade que liberará a mulher da servidão doméstica, que aliviará o peso da maternidade para a mulher, uma sociedade em que, finalmente, veremos desaparecer a mais terrível das maldições que pesam sobre a mulher: a prostituição.

A mulher, a quem convidamos a que lute pela grande causa da liberação dos trabalhadores, precisa saber que no novo Estado não haverá motivo algum para separações mesquinhas, como ocorre agora.

"Esses são meus filhos. Eles são os únicos a quem devo toda minha atenção maternal, todo meu afeto. esses são filhos teus; são os filhos do vizinho. Não tenho nada a ver com eles."

Desde agora, a mãe operária que tenha plena consciência de sua função social, se elevará ao extremo que chegará a não estabelecer diferenças "os teus e os meus"; terá que recordar sempre que de agora em diante não haverá mais "nossos" filhos, mas sim os do Estado Comunista, um bem comum a todos os trabalhadores.

A igualdade social do homem e da mulher

O Estado dos Trabalhadores tem necessidade de uma nova forma de relação entre os sexos. O carinho estreito e exclusivista da mãe por seus filhos tem que ampliar-se até dar conta de todos os filhos da grande família proletária.

Ao invés do matrimônio indissolúvel, baseado na servidão da mulher, veremos nascer a união livre fortalecida pelo amor e o respeito mútuo de dos membros do Estado Operário, iguais em seus direitos e em suas obrigações.

Ao invés da família de tipo individual e egoísta, se levantará uma grande família universal de trabalhadores, na qual todos eles, homens e mulheres, serão antes de tudo trabalhadores e camaradas. Estas serão as relações entre

homens e mulheres na Sociedade Comunista de amanhã. Estas novas relações assegurarão à humanidade todos os gozos do chamado amor livre, enobrecido por uma verdadeira igualdade social entre companheiros, gozos que são desconhecidos na sociedade comercial capitalista.

Abram caminhos à existência de uma infância robusta e sana; abram caminhos a uma juventude vigorosa que ame a vida com todas suas alegrias, uma juventude livre em seus sentimentos e em seus afetos!

Esta é a consigna da Sociedade Comunista. Em nome da igualdade, da liberdade e do amor, fazemos um chamado a todas as mulheres trabalhadoras, a todos homens trabalhadores, mulheres camponesas e camponeses para que resolutamente e cheios de fé se entreguem ao trabalho da reconstrução da sociedade humana para fazê-la mais perfeita, mais justa e mais capaz de assegurar ao indivíduo a felicidade a que tem direito.

A bandeira vermelha da revolução social que tremulará, depois da Rússia, em outros países do mundo proclama que não está longe o momento em que poderemos gozar do céu na terra, ao que a humanidade aspira desde há séculos. ☭

Termidor no Lar

O texto a seguir é uma seção do livro de Leon Trotsky A Revolução Traída (1936). *A presente versão foi copiada de http://migre.me/pbQIO.*

A Revolução de Outubro cumpriu honestamente a sua palavra no que diz respeito à mulher. O novo poder não se contentou em dar à mulher os mesmos direitos jurídicos e políticos do homem, fez também - e muito mais do que isso - tudo o que podia, e de qualquer modo infinitamente mais do que qualquer outro regime, para lhe dar acesso a todos os domínios econômicos e culturais. Mas, da mesma forma que o “todo poderoso” Parlamento britânico, a mais poderosa revolução não pode fazer da mulher um ser igual ao homem; melhor explicando, partilhar entre ela e o seu companheiro os encargos da gravidez, do parto, da amamentação e da educação dos filhos. A revolução tentou heroicamente destruir o velho lar familiar estagnado, instituição arcaica, rotineira, asfixiante, no qual a mulher das classes trabalhadoras era voltada aos trabalhos forçados desde a infância até a morte. A família, considerada como uma pequena empresa fechada, devia ser substituída, no espírito dos revolucionários, por um sistema completo de serviços sociais: maternidades, creches, jardins de infância, restaurantes, lavanderias, dispensários, hospitais, sanatórios, organizações desportivas, cinemas, teatros etc. A absorção completa, por parte da sociedade socialista, das funções econômicas da mulher, ligando toda uma geração pela solidariedade e assistência mútua, devia levar a mulher e, portanto, o casal, a uma verdadeira emancipação do jugo secular. E, enquanto esta obra não tiver sido realizada, quarenta milhões de famílias soviéticas manter-se-ão vitimas dos costumes medievais, da sujeição e da histeria da mulher das humilhações quotidianas da criança, das superstições deste e daquele. Sobre isto não há ilusões. E é precisamente por isto que as sucessivas modificações do estatuto da família na URSS são as que melhor caracterizam a verdadeira natureza da sociedade soviética e a evolução das suas camadas dirigentes.

Não se conseguiu tomar de assalto a velha família. E não foi por falta de boa vontade. Nem porque ela estivesse firmemente enraizada nos espíritos. Pelo contrário, após um curto período de desconfiança para com o Estado, as suas creches, os seus jardins de infância e as suas diversas fundações operárias e depois delas as camponesas mais avançadas compreenderam as enormes vantagens da educação coletiva e da socialização da economia familiar. Infelizmente, a sociedade mostrava-se demasiado pobre e pouco civilizada. Os verdadeiros recursos do Estado não correspondiam aos planos nem às intenções do partido comunista. A família não pode ser abolida: é preciso substituí-la. A verdadeira emancipação da mulher é impossível no campo da “miséria socializada”. A experiência bem depressa confirmou esta amarga verdade formulada por Marx, oitenta anos antes.

Durante os anos de fome, os operários alimentavam-se tanto quanto possível - com as famílias, em certos casos - nos refeitórios de fábricas ou em estabelecimentos análogos e este fato foi oficialmente interpretado como sendo o advento de costumes socialistas. Não é preciso debruçarmo-nos aqui sobre as particularidades dos diversos períodos - comunismo de guerra, NEP, primeiro plano qüinqüenal - relativamente a este aspecto. A verdade é que, desde a supressão das senhas de racionamento em 1935, os operários mais bem pagos começaram a voltar à mesa familiar. Seria errôneo ver neste regresso ao lar uma condenação do sistema socialista, que, verdadeiramente, não tinha sido posto à prova. Este procedimento dos operários e das suas mulheres encerrava, no entanto, um julgamento implacável da “alimentação social” organizada pela burocracia. A mesma conclusão se impõe no que diz respeito às lavanderias socializadas, onde se rouba e se estraga a roupa em vez de a lavar. Regresso ao lar! Mas a cozinha e a lavagem caseiras, hoje louvadas com certo embaraço pelos oradores e jornalistas soviéticos, significam o regresso das mulheres às caçarolas e aos tanques, isto é, à antiga escravidão. É bastante duvidoso que a noção da Internacional Comunista sobre “a vitória completa e irreversível do socialismo na URSS” seja, depois disto, convincente para as donas de casa dos arredores! A família rural, ligada não só à economia doméstica, mas também à agricultura, é infinitamente mais conservadora do que a família urbana. De um modo geral, só as comunas agrícolas pouco numerosas estabeleceram, no princípio, a alimentação coletiva e as creches. A coletivização, dizia-se,

devia produzir uma transformação radical da família: pois não se estava em vias de expropriar as vacas e as galinhas do camponês? De qualquer modo, não faltaram comunicados sobre a marcha triunfal da alimentação social nos campos. Mas quando começou o recuo, a realidade rompeu de imediato as brumas do bluff. O kolkhoze não dá em geral ao cultivador senão o trigo de que ele precisa e a forragem para os seus animais. A carne, os produtos lácteos e os legumes provêm, quase inteiramente da propriedade individual dos membros dos kolkhozes. A partir do momento em que os alimentos essenciais são frutos do trabalho familiar, não se pode falar em alimentação coletiva. De maneira que as pequenas parcelas, dando uma nova base ao lar, prostram a mulher sob um duplo fardo.

O número de lugares fixos nas creches era em 1932 de 600 000 e cerca de quatro milhões de lugares durante o tempo de trabalho nos campos. Em 1935 havia cerca de 5 600 000 camas nas creches, mas os lugares permanentes eram, como dantes, muito menos numerosos. De resto, as creches existentes, mesmo em Moscou, Leningrado e noutros grandes centros, estão longe de satisfazer as mais modestas exigências. “As creches, onde as crianças se sentem pior do que em casa, não passam de meros asilos”, diz um grande jornal soviético. Em face disto, é natural que os operários bem pagos evitem mandar para lá os seus filhos. Por outro lado, para a massa dos trabalhadores, estes “maus asilos” são ainda em muito pouco número. O executivo decidiu recentemente que as crianças abandona das e os órfãos seriam confiados a particulares; o Estado burocrático reconhece assim, através do seu órgão mais autorizado, a sua incapacidade para desempenhar uma das mais importantes funções socialistas. O número de crianças recebidas nos jardins de infância passou, em cinco anos, de 1930 a 1935, de 370 000 para 1 181 000. Este número, em 1930, espanta pela sua insignificância. Mas, em 1935, é ainda ínfimo em face das necessidades das famílias soviéticas. Um estudo mais aprofundado permitiria ver que a maior parte e, em todo caso, a melhor parte dos jardins de infância é reservada às famílias dos funcionários, dos técnicos, dos stakhanovistas etc.

O executivo teve igualmente de constatar recentemente que decisão de pôr fim à situação das crianças abandonadas e mal vigiadas é muito pouco aplicada. O que esconde esta terna linguagem? Só ocasionalmente tomamos conhecimento, por meio de pequenos artigos publicados nos jornais em caracteres minúsculos, que mais de um milhar de crianças se encontram em Moscou, “mesmo nos lares, em condições extremamente penosas”; que as casas para crianças da capital encerram 1 500 adolescentes que não sabem em que se hão de tornar e estão voltados à rua; que em dois meses de outono (1935), em Moscou e em Leningrado “7500 pais foram processados por terem deixado os seus filhos sem vigilância”. Qual a utilidade destes processos? Quantos milhares de pais os evitaram? Quantas crianças “mesmo nos lares, em condições extremamente penosas” não foram contadas para a estatística?

Em que diferem as condições “mais penosas” das condições simplesmente penosas? Quantas perguntas sem resposta! A infância abandonada, visível ou dissimulada, constitui um flagelo que atinge proporções enormes como conseqüência da grande crise social em que a antiga família continua a desagregar-se, mais rapidamente do que aparecem as novas instituições que a possam substituir.

Os mesmos artigos ocasionais nos jornais, juntamente com a crônica judiciária, mostram ao leitor que a prostituição - última degradação da mulher em proveito do homem capaz de pagar - grassa na URSS. No outono passado, o lzvestia revelou de súbito que “cerca de mil mulheres que se dedicavam nas ruas de Moscou ao comércio secreto do seu corpo” acabavam de ser detidas. Entre elas, 177 operárias, 92 empregadas, 5 estudantes etc. O que as lançava para as ruas? A insuficiência do salário, a carência, ou a necessidade “de arranjar algum suplemento para comprar sapatos ou um vestido”. Em vão tentamos conhecer, mas só conseguimos em aproximação, as proporções deste mal social. A pudica burocracia soviética impôs o silêncio à estatística. Mas este silêncio constrangido serve para provar que “a classe” das prostitutas soviéticas é numerosa. E aqui não se trata de uma sobrevivência do passado, pois que as prostitutas são recrutadas entre as jovens. Ninguém sonhará em censurar particularmente o regime soviético por esta praga tão velha como a civilização. Mas é imperdoável falar no triunfo do socialismo enquanto subsistir a prostituição. Os jornais afirmam, na medida em que lhes é permitido tocar neste delicado assunto, que a prostituição decresce; é possível que seja verdade em compensação com os anos de fome e de desorganização (1931-1933). Mas o retorno às relações fundadas sobre o dinheiro leva, inevitavelmente, a um novo aumento da prostituição e da infância abandonada. Onde há privilegiados, há também parias.

O grande número de crianças abandonadas é, indiscutivelmente, a prova mais trágica e mais incontestável da penosa situação da mãe. Até o otimista Pravda se vê forçado a amargas confissões sobre este assunto. “O nascimento de um filho é, para muitas mulheres, uma séria ameaça”. E foi precisamente por isto que o poder revolucionário concedeu à mulher o direito ao aborto, um dos seus direitos cívicos, políticos e culturais essenciais, enquanto durarem a miséria e a opressão familiar, apesar do que possam dizer os eunucos e as velhas dos dois sexos. Mas este triste direito, torna-se, pela desigualdade social, um privilégio. As informações fragmentárias fornecidas pela imprensa sobre a prática do aborto são impressionantes: “195 mulheres mutiladas pelas abortadoras”, das quais 33 operárias, 28 empregadas, 65 camponesas de kolkhozes, 58 donas de casa, passaram em 1935 por um hospital no sul do Ural. Esta região só difere das outras porque as informações que lhe dizem respeito foram publicadas. Quantas mulheres mutiladas por ano devido a abortos mal feitos em toda a URSS!

Tendo demonstrado a sua incapacidade em fornecer às mulheres que se vêem obrigadas ao aborto necessária assistência médica e instalações higiênicas, o Estado

muda bruscamente de rumo e opta pelo das proibições. E, como em outros casos, a burocracia faz da pobreza uma virtude. Um dos membros do Tribunal supremo soviético, Soltz, especialista em questões relacionadas ao casamento, justifica a próxima interdição do aborto dizendo que, não conhecendo a sociedade socialista o desemprego, ela, a mulher, não pode ter o direito de rejeitar as "alegrias da maternidade". Filosofia de padre, ainda por cima dispondo por acréscimo da matraca do gendarme. Lemos há pouco no órgão central do partido que o nascimento de uma criança é, para muitas mulheres - e seria mais correto dizer para a maior parte - "uma ameaça". Acabamos de ouvir uma alta autoridade soviética constatar que a decisão respeitante à infância abandonada é muito pouco aplicada", o que implica, certamente, um incremento do número de crianças abandonadas. E eis que um alto magistrado nos diz que, no país "onde é bom viver", os abortos devem ser punidos com prisão, exatamente como nos países capitalistas onde é triste viver. Como facilmente se compreende, na URSS, como no Ocidente, serão sobretudo as operárias, as camponesas e as domésticas, as quais será difícil esconder o pecado, que cairão nas garras dos carcereiros: Quanto às "nossas mulheres", que pedem perfumes de boa qualidade e outros artigos congêneres essas continuarão a fazer o que lhes agrada mesmo sob o nariz de uma justiça benevolente. "Temos necessidade de homens", acrescenta Soltz, fechando os olhos às crianças abandonadas. Milhões de trabalhadoras, se a burocracia não tivesse posto nos seus lábios o selo do silêncio, poderiam responder-lhe: "Façam vocês próprios as crianças!". Eles esqueceram visivelmente que o socialismo deveria eliminar as causas que levam a mulher ao aborto e não fazer intervir a polícia na vida íntima da mulher para lhe impor as alegrias da maternidade".

O projeto de lei sobre o aborto foi submetido à discussão pública. O apertado filtro da imprensa soviética teve mesmo que deixar passar numerosas queixas amargas e protestos abafados. E a discussão acabou tão bruscamente como começou. O executivo, em 27 de junho de 1936, fez de um projeto infame uma lei três vezes infame. Numerosos advogados tributários da burocracia foram mesmo incomodados por isso. Louis Fisher escreveu que a nova lei era, em suma, um deplorável mal entendido. Na verdade, uma lei dirigida contra a mulher, mas que institui para as senhoras um regime de exceção, é um dos frutos legítimos da reação termidoriana (esta lei foi depois revogada).

A solene reabilitação da família, que tem simultaneamente lugar - coincidência providencial! - com a do rublo, resulta da insuficiência material e cultural do Estado. Em vez de se dizer: "Nós fomos muito pobres e muito incultos para estabelecer relações socialistas entre os homens, mas os nossos filhos e a posteridade o farão", os chefes do regime colaram de novo os pedaços da família e impuseram de novo, sob a ameaça do máximo rigor, o dogma da família, fundamento sagrado do socialismo triunfante. Mede-se, com desgosto, a profundidade desta retirada!

A nova evolução arrasta tudo e todos: o literato e o legislador, o juiz e a milícia, o jornal e o ensino. Quando um jovem comunista, honesto e cândido, se permite escrever no seu jornal: "Seria melhor abordar a solução deste problema: como pode a mulher libertar-se das tenazes da família?", ele recebe um par de dentadas e cala-se.*O ABC do Comunismo* (livro de apresentação popular do comunismo, escrito por Boukharin e Préobrajensyky nos primeiros anos da revolução) é declarado um exagero de esquerda. Os preconceitos duros e estúpidos das classes médias incultas renascem sob o nome de moral nova. E que se passa nos confins do imenso país? A imprensa, só numa ínfima percentagem, reflete a profundidade da reação termidoriana no domínio da família.

Crescendo em intensidade a nobre paixão dos pregadores, ao mesmo tempo que crescem os vícios, torna-se muito popular o sexto mandamento entre as camadas dirigentes. Os moralistas soviéticos só precisam renovar ligeiramente a fraseologia. Inicia-se uma campanha contra os divórcios demasiado fáceis e freqüentes. A imaginação criadora do legislador anuncia já uma outra medida "socialista", que consiste em fazer pagar o registro do divórcio e aumentar a taxa em caso de repetição. Não nos enganamos quando predissemos que a família renasce, ao mesmo tempo que se firma de novo o papel educativo do rublo. Esperamos que a taxa não seja um incômodo para os meios dirigentes. As pessoas que dispõem de bons apartamentos, de automóveis e de outros elementos de conforto arranjam facilmente os seus negócios privados sem publicidade supérflua e, portanto, sem registro. A prostituição só é humilhante e penosa nos "bas-fonds" da sociedade soviética; no vértice desta mesma sociedade, onde o poder se junta ao conforto, a prostituição reveste a forma elegante de serviços recíprocos e até mesmo o aspecto da "família socialista". Sosnovsky já nos deu a conhecer a importância do fator "auto-harém" na degenerescência dos dirigentes.

Os amigos líricos e acadêmicos da URSS têm olhos mas não para ver. A legislação do casamento, instituída pela Revolução de Outubro, e que foi, no seu tempo, um objeto de legítimo orgulho para a Revolução, está transformada e desfigurada por largos empréstimos do tesouro legislativo dos países burgueses. E tal como se pretendesse juntar o ridículo à traição, os mesmos argumentos que outrora serviram para defender a liberdade incondicional ao aborto e ao divórcio, a emancipação da mulher, a defesa dos direitos da pessoa, a proteção da maternidade - são hoje retomados para imitar ou proibir um e outro.

O recuo reveste formas de uma repugnante hipocrisia e vai mais longe do que o exigido pela dura necessidade econômica. Às razões objetivas do regresso às normas burguesas, tais como o pagamento de uma pensão alimentar à criança, junta-se o interesse social que têm os meios dirigentes de aprofundar o direito burguês. O motivo mais imperioso do atual culto da família e, sem qualquer dúvida, a necessidade que tem a burocracia de uma estável

hierarquia das relações e de uma juventude disciplinada e espalhada por quarenta milhões de lares, a servir de pontos de apoio à autoridade e ao poder.

Enquanto se pensava em confiar ao Estado a educação das gerações jovens, o poder, longe de se preocupar em manter a autoridade dos mais velhos, do pai e da mãe em particular, esforçou-se, pelo contrário, por desligar as crianças da família para as salvaguardar desses velhos hábitos. Ainda recentemente, no primeiro período qüinqüenal, a escola e as juventudes comunistas faziam apelos às crianças para que desmascarassem o pai bêbado ou a mãe crente, para os envergonhar e tentar "reeducá-los". Outra coisa é saber com que resultados... Este método abalava, no entanto, as próprias bases da autoridade familiar. Uma transformação radical foi realizada neste domínio, que não é desprovida de importância. O quarto mandamento foi reposto em vigor ao mesmo tempo que o sexto sem, na verdade, invocar a autoridade divina; mas a escola francesa dispensa igualmente este atributo, o que não a impede de estabelecer a rotina e o conservadorismo.

A preocupação de preservar a autoridade dos mais velhos já provocou mesmo uma reviravolta de política no que respeita a religião. A negação do Deus e dos seus auxiliares e dos seus milagres era o mais importante elemento de divisão que o poder revolucionário fazia intervir entre pais e filhos. Mas, esquecendo-se do progresso da cultura, da propaganda séria e da educação científica, a luta contra a Igreja, dirigida por homens do tipo Yaroslavsky, degenerou freqüentemente em facécias e vexames. O assalto aos céus cessou como o assalto à família. Preocupada com a sua boa reputação, a burocracia ordenou aos jovens ateus que depusessem as armas e se pusessem a ler. Isto foi só o princípio. Um regime de neutralidade irônica foi instituído pouco a pouco face à religião. Esta foi a primeira etapa. Não seria difícil prever a segunda e a terceira se o curso dos acontecimentos dependesse apenas das autoridades estabelecidas.

Os antagonismos sociais elevam, sempre e onde quer que seja, ao quadrado ou ao cubo a hipocrisia das opiniões dominantes; esta é, aproximadamente, a lei histórica do desenvolvimento das idéias, traduzida em termos matemáticos. O socialismo, se merece este nome, significa relações desinteressadas entre os homens, amizade sem inveja e sem intrigas, amor sem calculismos aviltantes. A doutrina oficial declara tanto mais autoritariamente que estas normas ideais já estão realizadas quanto mais a realidade protesta com energia contra semelhantes afirmações. Diz o novo programa das Juventudes comunistas soviéticas, adotado em abril de 1936: "Uma família nova, com cujo desabrochar se preocupa o Estado Soviético, é criada no campo da igualdade real do homem e da mulher". E um comentário oficial acrescenta: "A nossa juventude só é movida pelo amor na escolha do companheiro ou companheira. O casamento de interesse burguês não existe para a nossa geração" (Pravda, 9 de abril de 1936). Isto é uma verdade enquanto se trata de jovens operários e operárias. Mas o casamento de interesse também se encontra pouco espalhado entre os operários dos países capitalistas. Pelo contrário, tudo se passa de outra maneira nas camadas médias e superiores da sociedade soviética. Os novos grupos sociais subordinam automaticamente o domínio das relações pessoais. Os vícios engendrados pelo poder e pelo dinheiro em torno das relações sexuais florescem na burocracia soviética como se ela tivesse por fim alcançar a burguesia do Ocidente.

Em contradição absoluta com a afirmação do Pravda acima indicada, o "casamento de interesse" ressuscitou; a imprensa soviética reconhece-o, quer por necessidade, quer por um acesso de franqueza. A profissão, o salário, o emprego, o número de galões na manga, adquiriram um significado crescente, dado que as questões do calçado, das peles, da habitação, dos banhos e - sonho supremo - do automóvel, estão intimamente ligadas. Só a luta por um quarto une e desune não poucos casais todos os anos em Moscou. A questão dos pais tomou uma importância excepcional. É bom ter por sogro um oficial ou um comunista influente e por sogra a irmã de um alto personagem. E quem se admira com isto? Poderia ser de outra maneira?

A desunião e a destruição das famílias soviéticas, nas quais o marido, membro do partido, membro ativo do sindicato, oficial ou administrador, evoluiu e adquiriu novos gostos, enquanto a mulher, oprimida pela família, se mantém no seu antigo nível, formam um capítulo dramático do livro da sociedade soviética. O caminho de duas gerações da burocracia soviética está juncado pelas tragédias das mulheres atrasadas e desprezadas. E o mesmo fato pode ser observado hoje na jovem geração. É sem dúvida nas esferas superiores da burocracia, onde constituem elevada percentagem os arrivistas pouco cultos, que consideram que tudo lhes é permitido, que se vai encontrar mais grosseria e crueldade. Os arquivos e as memórias revelarão, um dia, os verdadeiros crimes cometidos contra as antigas esposas e mulheres em geral pelos pregadores da moral familiar e das "alegrias obrigatórias" da maternidade, invioláveis aos olhos da justiça.

Não, a mulher soviética não está ainda libertada. A igualdade completa apresenta ainda sensivelmente mais vantagens para as mulheres das camadas dirigentes, que vivem do trabalho burocrático, técnico, pedagógico, intelectual, de maneira geral, do que para as operárias e, particularmente, para as camponesas. Enquanto a sociedade não estiver em condições de suportar os encargos materiais da família, a mãe não pode desempenhar com verdade uma função social, a não ser que disponha de uma escrava, de uma ama, ou boa cozinheira, ou outra coisa do gênero. Das 4O milhões de famílias que formam a população da URSS, 5% ou talvez 10% baseiam direta ou indiretamente o seu bem-estar no trabalho de escravas domésticas. Seria mais útil conhecer o número exato de criadas, para apreciar sob um ponto de vista socialista a situação da mulher, do que toda a legislação soviética por mais progressista que seja. Mas.é precisamente por isso que as estatísticas escondem as criadas na rubrica das operárias ou dos "diversos"!

A condição de mãe de família, comunista respeitada, que tem uma criada, um telefone para dar as suas ordens, um carro para as suas deslocações etc., pouca relação tem com a da operária que faz as suas compras, que cozinha, que traz os filhos do jardim de infância para casa - quando tem um jardim de infância. Nenhuma etiqueta socialista pode esconder este contraste social, não menos evidente do que a diferença, em qualquer país do Ocidente, entre a senhora burguesa e a mulher proletária.

A verdadeira família socialista, libertada pela sociedade das pesadas e humilhantes tarefas quotidianas, não terá necessidade de nenhuma regulamentação. Até mesmo a idéia das leis sobre o divórcio e o aborto não lhe parecerá melhor do que a recordação das casas de prostituição ou dos sacrifícios humanos. A legislação de Outubro tinha dado um passo firme na direção desta família. O estado atrasado do país sob os aspectos econômico e cultural provocou uma cruel reação. A legislação termidoriana recua para modelos burgueses, não sem cobrir a sua retirada com frases falsas sobre a santidade da "nova" família. A inconsistência socialista dissimula-se ainda aqui, sob uma hipócrita respeitabilidade.

Os observadores sinceros espantam-se, sobretudo no que diz respeito às crianças, com a contradição entre os princípios proclamados e a triste realidade. Um fato como o recurso a extremos rigores penais contra o abandono de crianças faz sugerir o pensamento de que a legislação socialista em favor da mulher e da criança não passa de hipocrisia. Os observadores do tipo oposto são seduzidos pela amplitude e generosidade dos intentos que tomaram forma de leis e de órgãos administrativos. No que respeita às mães, às prostitutas e às crianças abandonadas, vítimas da miséria, estes otimistas dizem que o crescimento das riquezas materiais dará pouco a pouco a carne e o sangue às leis socialistas. Não é fácil dizer qual destas duas maneiras de pensar é a mais falsa e a mais nociva. Mas é preciso sofrer-se de cegueira histórica para não avaliar a envergadura e o arrojo das intenções sociais, a importância das primeiras fases da sua realização e as vastas possibilidades abertas. E ninguém pode deixar de se indignar com o otimismo passivo e na realidade indiferente dos que fecham os olhos ao volume das contradições sociais e se consolam por meio de perspectivas de um porvir, cujas chaves se propõem deixar, respeitosamente, à burocracia. Como se a igualdade do homem e da mulher não se tivesse tornado, para a burocracia, numa igualdade na negação de todos os direitos. É como se estivesse escrito que a burocracia é incapaz de instituir um novo jugo em vez de liberdade!

A história ensina-nos bastantes coisas sobre a dominação da mulher pelo homem, e de ambos pelo explorador. E também sobre os esforços dos trabalhadores que, procurando sacudir a canga com risco da própria vida, só conseguiram, na realidade, mudar de cadeias. A História, definitivamente, não conta outra coisa. Mas como libertar efetivamente a criança, a mulher e o homem, eis sobre o que nos faltam exemplos positivos. Qualquer experiência do passado é negativa e impõe, antes de mais, aos trabalhadores, a desconfiança para com os tutores privilegiados e incontrolados.